



MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E
ECONOMIA AZUL

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

PARFIP II

Reforma da Gestão das Finanças Públicas

Relatório do 2º Trimestre de 2021

GARFIP

Julho de 2021



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Relatório Trimestral das Reformas

T2-2021

PARFIP II

Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

São Tomé, 31 de Julho de 2021

INDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	8
RESUMO EXECUTIVO	11
I. INTRODUÇÃO	13
II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 2º Trimestre do Ano de 2021	15
Actividades Institucionais	15
POB. Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	17
B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP	17
B.2. Melhoria do Quadro Jurídico	18
B.3. Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	19
B.4. Formação para a implementação das reformas	20
B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	20
PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas	22
Processo de elaboração do orçamento melhorado	23
Previsões macro-fiscais sólidas	25
QDMP global	27
PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita	28
Modelo de gestão com base em resultados	28
Imposto sobre o Valor Acrescentado	29
Melhoria da Gestão da Receita	31

Volume de atrasados conhecidos e controlados	32
PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e Tesouraria	33
Modernização da Gestão da dívida pública (externa e interna)	33
Tesouraria	35
PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	37
Governança Reforçada nas EP's	37
PO.5 - Optimização da gestão do Investimento	39
Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado	39
Qualidade dos projectos de investimento melhorada	40
Sistema de M&A funcional	41
Alocação de recursos optimizada	42
Quadro Global da APD melhorado	42
PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna	43
Melhoria do mecanismo de controlos internos	43
Controle de despesas salariais eficiente	44
Gestão do pessoal melhorada	44
Sistema de informação da administração pública funcional	45
Abrangência da auditoria interna alargada	48
Sistema de Aquisições e Património melhorado	51

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Sistemas de informação funcionais	54
PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais	55
Melhoria da qualidade da informação produzida	56
Produção atempada de relatórios	57
PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	58
Cobertura da auditoria aumentada	59
Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada	60
III. PARFIP II – Execução do Orçamento – T2 de 2021	62
Orçamento executado 2021 do PARFIPP II	62
IV. Próximos passos	65
Anexo	67
Listas de Pessoas Encontradas	67
Reuniões realizadas	69

LISTA DE ABREVIATURAS

AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CFMP	Cenário Fiscal de Médio-Prazo
CGE	Conta Geral de Estado
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
DAF	Direcção Administrativa e Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral da Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DPE	Direcção do Património do Estado
DT	Direcção de Tesouro
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
ERGFP	Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional

GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IGF	Inspeção-Geral das Finanças
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
MPFEA	Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
OGE	Orçamento Geral do Estado
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Ação para a Reforma das Finanças Públicas em STP II
PDNS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PNDS-RAP	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma do Príncipe
PEFA	Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
QDS	Quadro de Despesa de Médio-Prazo Sectorial
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado - electrónico
SGARE	Sistema de Gestão e de Arrecadação de Receitas do Estado
SGR	Sistema de Gestão de Recomendação
SRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
TdR	Termos de Referência
UE	União Europeia

UGEL Unidade Gestora de Licitação

UMF Unidade Macro-Fiscal

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. A realização das actividades do PARFIP II, programadas para o 2º trimestre de 2021, aconteceu num contexto socio-económico impactado pela pandemia da COVID-19, que teve e continua a ter um impacto grave na economia de São Tomé e Príncipe, exacerbando os desequilíbrios externos e fiscais. Uma paragem total do turismo internacional e uma queda abrupta das remessas estrangeiras agravaram as necessidades de financiamento externo. Embora o surto tenha sido amplamente controlado, as medidas de contenção e a fraca procura externa provocaram uma profunda recessão, e aumentaram as necessidades de financiamento fiscal, esperando-se que o crescimento económico seja de 2,1% em 2021, de acordo com as projecções macro-económicas da Unidade Macro-Fiscal (UMF).

Implementação das Reformas GFP. As acções das Reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP) do 2º trimestre, sofreram, na sua maioria, uma diminuição do seu ritmo de implementação, relativamente ao 1º trimestre.

Operacionalização das Reformas. Durante o trimestre realizou-se a 2ª reunião do Comité de Direcção (CD), durante a qual foram aprovados: i) o Plano de Actividades da Reforma para o ano de 2021 e ii) o Relatório Trimestral das Reformas relativo ao 1º Trimestre de 2021. Decidiu-se que a próxima reunião do CD iria analisar, discutir e aprovar o presente Relatório.

No período, foi finalizado e adoptado o Manual de Implementação da Reforma (MIR), que estabelece o quadro de implementação das Reformas da GFP (quem, quando, o quê e como), devendo-se proceder à sua publicação no 3º trimestre. Igualmente, foi assinado pelo Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, o Despacho nº17/2021, de 10 de Abril, o qual complementa o quadro institucional das reformas com a nomeação dos membros do Comité Directivo e a atribuição de responsabilidades de direcção, orientação e de avaliação ao GARFIP.

Teve lugar, igualmente, a 15 de Junho, a primeira reunião da Instância de Diálogo, tal como previsto no MIR, enquanto espaço de diálogo entre o Governo de São Tomé e Príncipe e os Parceiros activos no domínio da GFP. Este espaço permitirá criar as condições para a

harmonização, alinhamento e coordenação das intervenções dos parceiros, a fim de alcançar os resultados previstos no quadro da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas em São Tomé e Príncipe.

A informação financeira sobre a execução orçamental do T2-2021 é muito limitada. A semelhança do 1º Trimestre, não foi possível completar a execução do orçamento do PARFIP II, por falta de informação disponível no SAFE-e ou entregue ao GARFIP pelos Pontos Focais.

No **T3-2021**, será (i) publicado o Relatório de Actividades de 2021 do T2, (ii) feita a identificação completa das fontes de financiamento das reformas da GFP, com apoio dos parceiros, (iii) dada continuidade à implementação das reformas, nos limites dos recursos disponíveis e das actividades não necessitando financiamento, e (iv) iniciado o processo de preparação do Plano de Actividades e Orçamento de Reforma para o ano de 2022.

I. INTRODUÇÃO

Informação básica. A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP) encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II), introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

As actividades implementadas durante o 2º trimestre estão alinhadas com o Plano de Actividade para 2021, bem como com a visão da ERGFP e os resultados esperados do PARFIP II.

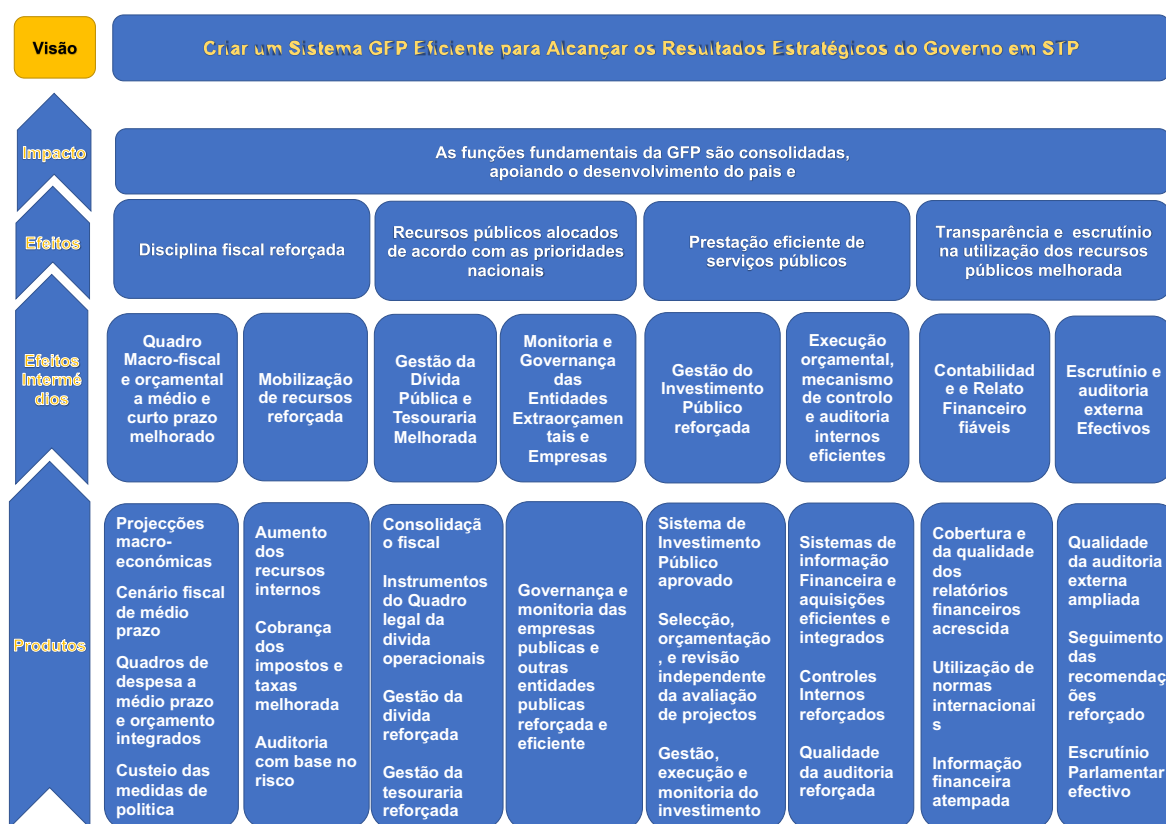


Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP

Ritmo de implementação. Constata-se, no 2º trimestre de 2021, uma diminuição acentuada do ritmo de implementação das actividades das Reformas, relativamente ao 1º trimestre de 2021.

O objectivo do relatório. O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 2º trimestre do ano, ou seja, de Abril a Junho de 2021.

A estrutura do relatório. O presente relatório organiza-se à volta dos programas operacionais previstos do PARFIP II para 2021, **estando o** documento estruturado em quatro capítulos, para além do **resumo executivo**: O primeiro capítulo dispõe sobre a **Introdução**; o segundo capítulo descreve as **actividades realizadas no 2º trimestre do ano 2021** no quadro da implementação dos Programas operacionais, alinhados aos oito objetivos, e ao Programa básico de suporte, conforme as respectivas componentes e medidas, o terceiro capítulo apresenta, na medida das restrições de informação, a **execução financeira 2021-T2** do PARFIP II, sendo que o quarto capítulo apresenta **os próximos passos**.

II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 2º Trimestre do Ano de 2021

O PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da ERGFP, prevê uma série de actividades, financiamentos e impactos na qualidade da GFP em STP, através da realização de um conjunto de produtos que permitam produzir os efeitos intermédios necessários à consecução dos efeitos e do impacto esperado, conforme a cadeia de resultados apresentados acima (Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP), este capítulo retrata as actividades realizadas no período entre Abril e Junho de 2021.

Actividades Institucionais

Durante o trimestre realizou-se, a 21 de Maio, a 2ª reunião do CD que discutiu e aprovou i) o Plano de Actividades da Reforma para o ano de 2021 e ii) o Relatório Trimestral das Reformas relativo ao 1º Trimestre de 2021.

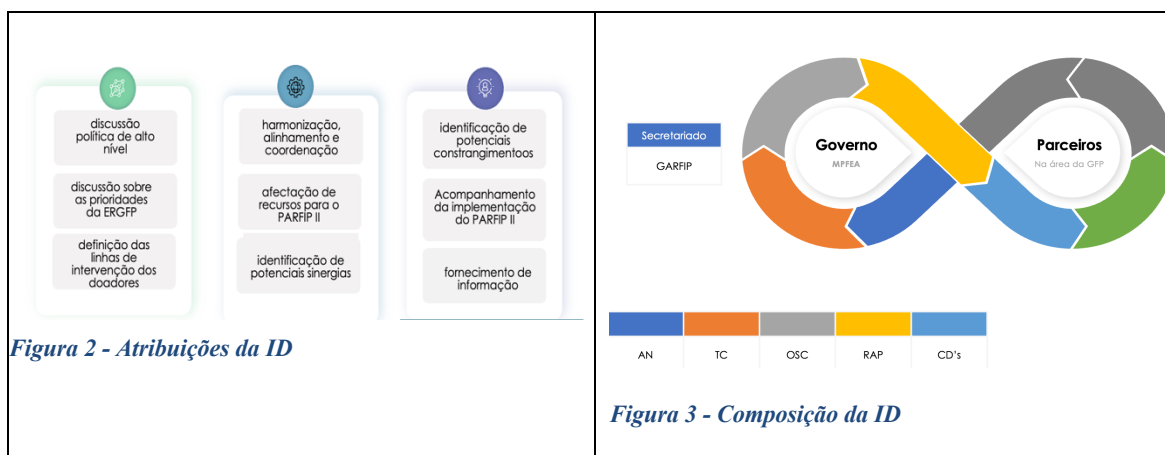
O Plano de actividades para 2021, aprovado por unanimidade pelos membros do CD, concentra-se sobretudo nas acções que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica, ao mesmo tempo, que procura ter flexibilidade de adaptação em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. O Plano, cuja elaboração contou com o contributo dos Pontos Focais e Directores do MPFEA, cobre todos os Programas Operacionais, com um orçamento previsto de 2.367.369 €, mas que tem limitações derivadas da falta de informação financeira por parte dos parceiros. A sua execução plena poderá ser condicionada pela pandemia da COVID-19, ao colocar restrições nas deslocações de Assistência Técnica (AT) especializada, a não disponibilização de recursos técnicos e financeiros, tanto por parte do Governo como dos parceiros.

Em relação ao Relatório Trimestral das Reformas, referente ao 1º trimestre de 2021, verificou-se que os programas operacionais apresentaram, de uma forma geral, um ritmo de execução adequado, estando a maioria das componentes *on-track*, embora continue i) a existir falta de informação sobre a execução financeira e os financiamentos disponíveis, havendo necessidade assim de se avançar nesse conhecimento e que ii) existe uma limitação dos recursos disponíveis para a execução global do PARFIP II.

Neste quadro, o CD aprovou um conjunto de acções correctivas a implementar nos trimestres seguintes, de modo a colmatar as deficiências encontradas e decidiu, igualmente, que a próxima reunião do CD iria analisar, discutir e aprovar o Relatório do 2º Trimestre.

Visando formalizar os diferentes órgãos da estrutura organizacional previstos na Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP) de São Tomé e Príncipe, realizou-se, por vídeo-conferência, a 15 de Junho, a reunião constitutiva da Instância de Diálogo (ID). Ela foi presidida pelo Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Dr. Osvaldo Vaz e contou com representantes do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do Banco Mundial (BM), da Embaixada da China, da Embaixada de Portugal, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Delegação da União Europeia (DUE) e do projecto PRO-PALOP/TL ISC.

A ID constitui-se como espaço privilegiado de diálogo entre o Governo e os parceiros nas questões atinentes à implementação da ERGFP, nomeadamente prioridades e financiamento de actividades, durante a qual se aprovou as suas atribuições, composição e a sua estrutura geral de funcionamento.



Concluiu-se da importância da realização de tal tipo de reunião de coordenação, tendo sido nomeado como ponto focal dos parceiros a DUE, por um período a determinar no quadro da elaboração do *modus operandi* da ID. Igualmente, ficou agendada uma reunião técnica sobre a temática das previsões macro-fiscais com todos os parceiros e os integrantes da Unidade macro-fiscal (UMF), do GARFIP e os consultores de apoio a esta.

POB. Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas

O programa operacional básico (POB) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e Institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos directos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua realização, terá efeitos indirectos consideráveis na implementação com êxito dos demais programas operacionais.

Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário foram executadas as seguintes acções estruturadas nos componentes abaixo:

B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP

B.1.2 Despacho ministerial para extensão dos poderes do Comité de Direcção e do GARFIP para operacionalização do PARFIP II

Foi assinado pelo Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, o Despacho nº17/2021, de 10 de Abril o qual i) nomeia os Directores do MPFEA como membros do Comité de Direcção; ii) atribui ao GARFIP um conjunto de competências no domínio da implementação da ERGFP e do PARFIP II, nomeadamente avaliação do desempenho do sistema de GFP e formulação de medidas correctivas ao Ministro, de definição da direcção global das reformas, de aprovação dos planos anuais de actividade, relatórios trimestrais, anuais e outros de progresso; iii) mandata os membros a designarem pontos focais das respectivas Direcções, para apoiarem na execução das reformas; e iv) institucionaliza a realização de reuniões trimestrais do Comité de Direcção, devendo os seus membros beneficiar de um suplemento remuneratório.

B.1.3 Confirmação da equipa nuclear do GARFIP

A actual estrutura e as competências da Unidade de Coordenação da reforma, não respondem aos desafios de desenvolvimento das suas actividades e da operacionalização do actual

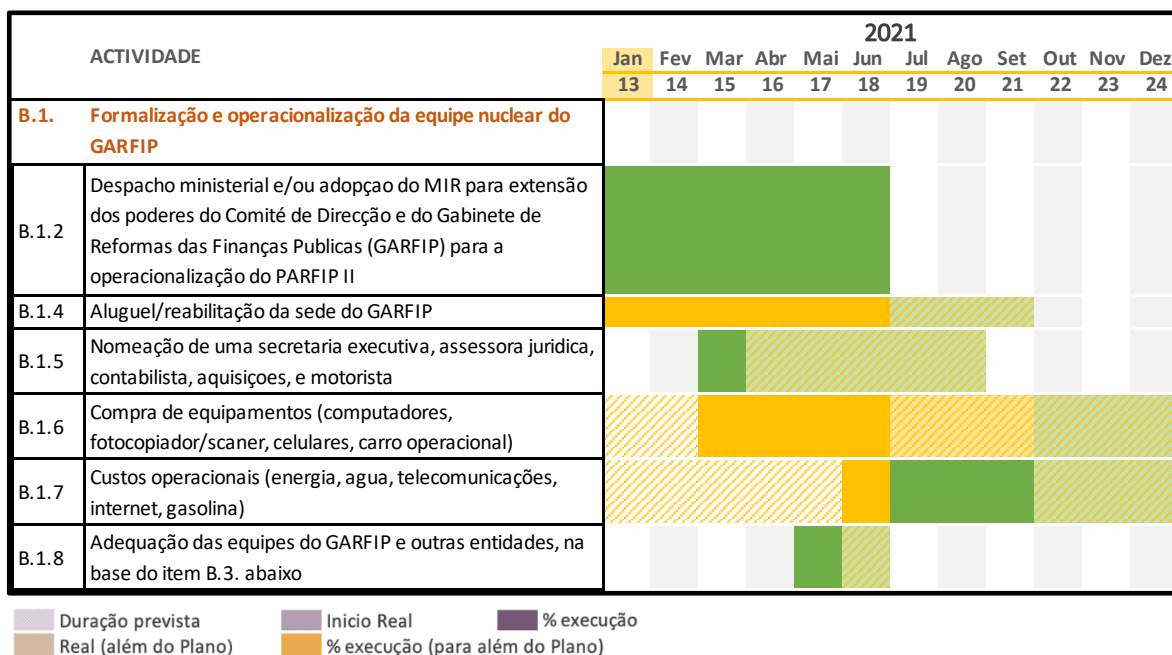
PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

PARFIP II 2020-2023. Assim, A estrutura completa da equipa foi confirmada pelo MPFEA na sequência da adopção do MIR, neste trimestre,

B.1.4 Aluguer/Reabilitação da Sede do GARFIP

No T2-2021, foi adjudicado o concurso, tendo-se iniciado as obras de reabilitação do espaço, no ex-edifício do Banco Central de São Tomé e Príncipe, com um financiamento da DUE, com vista a permitir melhores condições de trabalho necessárias para a execução das funções do GARFIP. A finalização das obras está prevista para o terceiro trimestre de 2021, permitindo a mudança do GARFIP para um espaço único.

Cronograma

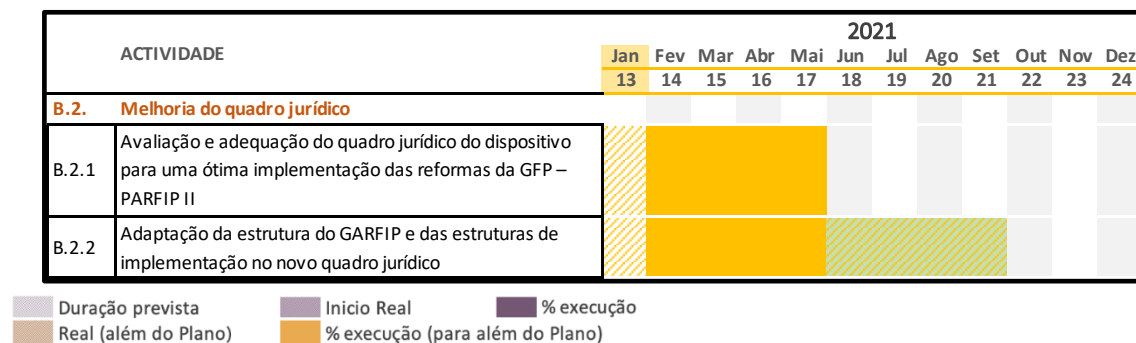


B.2. Melhoria do Quadro Jurídico

No segundo trimestre de 2021, o Assessor Jurídico do Ministro elaborou um Despacho que adequa as atribuições do GARFIP às necessidades às exigências actuais da Estratégia da reforma da GFP, conforme previsto pelo MIR. Este Despacho foi assinado pelo MPFEA, estando neste momento pendente de publicação no Diário da República.

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Cronograma

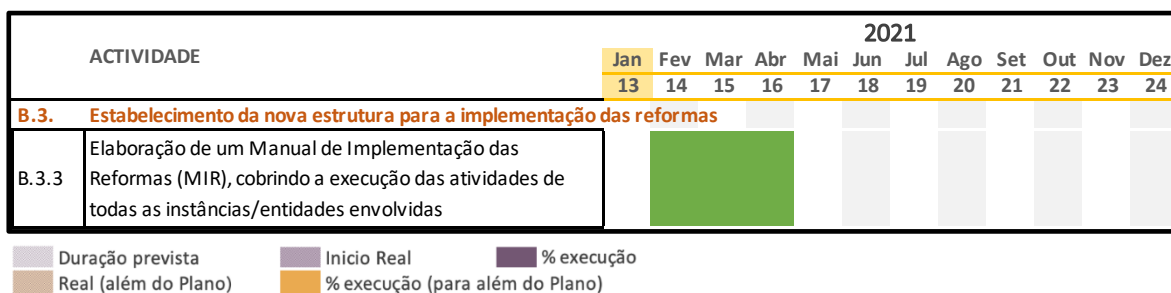


B.3. Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas

B.3.3 Elaboração de um Manual de Implementação das Reformas (MIR)

Com a disseminação final do MIR realizada a 10 de Junho, com a participação dos Pontos Focais, e com a adopção do MIR pelo MPFEA, foram finalizados todos os requisitos relativos ao estabelecimento da nova estrutura de execução da Reforma e da actividade B.3.

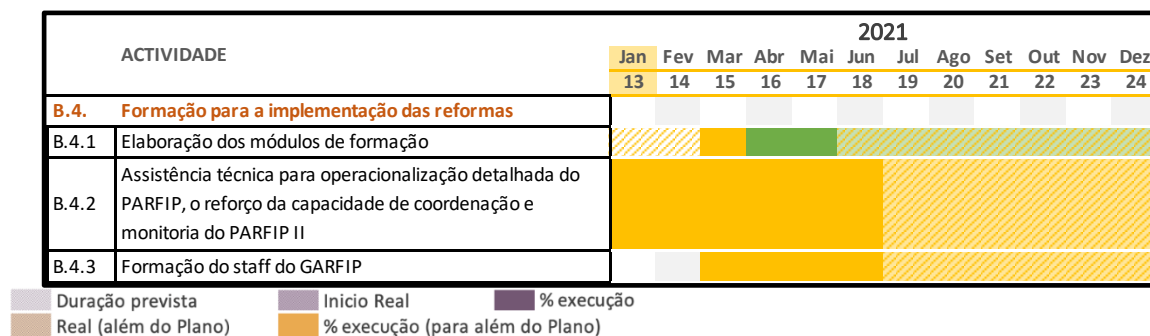
Cronograma



B.4. Formação para a implementação das reformas

O programa de formação teve continuidade com a disseminação do MIR. O módulo sobre a Monitorização e Avaliação das reformas, previsto para este trimestre, foi re-calendarizado para o mês de Setembro, tendo em conta a disponibilidade dos formandos.

Cronograma



B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II

O GARFIP deu continuidade aos trabalhos de implementação das actividades da reforma em coordenação bem como nos trabalhos com os Pontos Focais de todas as entidades envolvidas nas reformas.

A AT de suporte às actividades da reforma, continuou as suas actividades de apoio ao GARFIP, destacando-se a finalização do MIR e a sua divulgação, a elaboração do RAR-T1, a preparação e realização da 2ª reunião do CD e da 1ª reunião da Instância de Diálogo. A AT efectuou o seguimento das actividades da reforma, nomeadamente com contactos com os parceiros activos do domínio da GFP, apoio no parecer sobre a proposta de ante-projecto de Código do Procedimento Administrativo, na apresentação da experiência de São Tomé e Príncipe no domínio das reformas fiscais, num seminário dos PALOPs.

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Cronograma

ACTIVIDADE		2021											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
B.5. Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II													
B.5.1	Contratação da AT para apoiar a priorização das actividades de reformas												
B.5.2	Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades												

 Duração prevista
  Início Real
  % execução
 Real (além do Plano)
  % execução (para além do Plano)

PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportem a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e projecção de receitas e de despesas para estabelecer metas fiscais compatíveis com os objectivos de médio prazo:

Melhoria do planeamento orçamental anual e a médio prazo com maior disciplina e credibilidade orçamental

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	on-track
Produto 2	Projeções macro-económicas	on-track
Produto 3	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	on-track

Para a consecução dos produtos foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

Processo de elaboração do orçamento melhorado

1.1.2 Actualização da Lei SAFE para inclusão das melhores práticas (incluindo o QDMP. Orçamento Programa. orçamento anual...)

No quadro da revisão da lei SAFE, visando incorporar melhores mecanismos para o melhor seguimento e escrutínio da execução do orçamento de Estado, a Assembleia Nacional criou um grupo de trabalho para um processo de revisão pontual desta Lei.

Entretanto, considerando a necessidade de uma revisão/actualização profunda da lei quadro do orçamento, para a qual se deverá contar com as contribuições de todas as partes interessadas (Ministério das Finanças e Planeamento, Assembleia da República, Tribunal de Contas, Ministérios sectoriais, Organizações Sociedade Civil) e que o processo seja participativo, a Direcção do Orçamento (DO) e o GARFIP irão, no 3º trimestre, elaborar uma proposta de constituição de um grupo de trabalho para o efeito.

1.1.5 Articulação entre políticas, planeamento e orçamento

1.1.5.1 Formação para a elaboração do Orçamento Programático

No quadro da introdução do Orçamento por Programas será disponibilizada uma AT para efectuar uma formação neste domínio e apoiar na elaboração da metodologia. Prevê-se, igualmente, a realização de trocas de experiências neste domínio com Cabo Verde e Timor-Leste.

1.1.5.2 Refletir os programas dos planos nacionais e sectoriais, no classificador orçamental, e incluí-los na Planificação e Orçamentação

No quadro da harmonização entre os Programas constantes das Grandes Opções do Plano e os programas previstos no orçamento, a Direcção de Planeamento (DP) e a DO continuaram as reflexões sobre a integração destes 2 instrumentos. Assim, acordou-se iniciar o ajustamento pelos novos programas elegendo 5 ministérios-piloto (Agricultura, Educação, Saúde, Obras Públicas e Justiça).

1.1.5.4 Definição de um roteiro para a implementação do QDMP

A proposta de Lei que define as normas e os procedimentos necessários para a elaboração, monitoramento, avaliação e atualização do QDMP não foi analisada e, por conseguinte, ainda não foi aprovada. Espera-se que até ao final do ano de 2021, poder-se-á aprovar a proposta de lei.

1.1.6 Definição e obrigatoriedade da submissão à AN de toda a documentação da proposta do OE, conforme as boas práticas

1.1.6.1 Formação em avaliação dos impactos fiscais das medidas de políticas públicas

Não foi ainda possível identificar o consultor dado que o processo de contratação não foi iniciado.

1.1.8 Capacitação e elaboração do orçamento cidadão

Não foi possível i) a publicação do Orçamento Cidadão para o ano de 2020, bem como a ii) a finalização do Orçamento Cidadão relativo ao ano de 2021. Estando-se neste momento a definir uma proposta de modelo ao qual responderá o “Orçamento Cidadão” futuro

1.1.10 Integração dos marcadores de género no orçamento

1.1.10.1 Capacitação sobre a orçamentação sensível ao género para os quadros do MPFEA e os GEP's

A formação deverá decorrer durante o 3º trimestre de modo a permitir a integração dessa abordagem no Orçamento do Estado (OE) para 2022.

1.1.10.2 Integração da questão de género na circular orçamental

Iniciou-se a preparação dos trabalhos que levaram à introdução desta temática na circular orçamental de preparação do OE/2022.

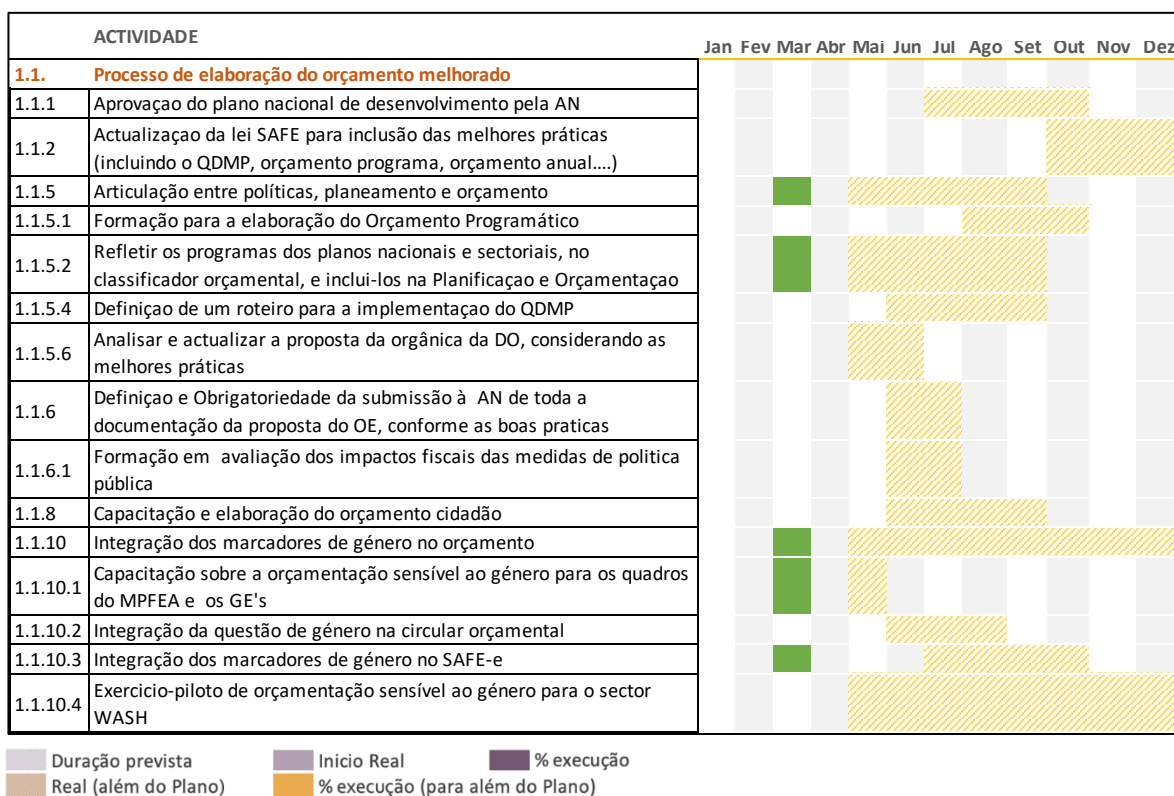
1.1.10.3 Integração dos marcadores de género no SAFE-e

Embora o SAFE-e possa integrar marcadores de género, após discussões entre os diferentes departamentos, acordou-se que tal não será possível, neste momento. Assim, esta actividade será realizada aquando dos desenvolvimentos futuros do SAFE-e.

1.1.10.4 Exercício-piloto de orçamentação sensível ao género para o sector Água e Saneamento

Os trabalhos de revisão da Estratégia Participativa 2030 e da Estratégia e Política de Saneamento Ambiental tiveram início devendo terminar durante o 3º trimestre. Os projectos deste sector incluirão, em 2022, a questão de género e foi criada uma equipa técnica entre a DP, DO e o água e saneamento.

Cronograma



Previsões macro-fiscais sólidas

Uma das áreas fundamentais definidas pela EGRGFP, foi a do reforço das capacidades para se obter previsões macro-fiscais sólidas. Assim, visando desenvolver instrumentos de gestão

macro-económica integrada, que suportem uma trajectória de crescimento sustentável, estavam planeadas as seguintes acções:

1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional

A proposta de alteração do Despacho nº 81/2019, que foi elaborada no trimestre anterior, não foi ainda validada pelo colectivo dos Directores dos departamentos que integram a UMF e consequentemente aprovada pelo Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA). Espera-se que a sua validação aconteça no 3º trimestre

1.2.1.4 Capacitação em técnicas de previsão macro-económica, ferramentas de análise de conjuntura e programação financeira e modelização

Foi submetido ao BAD uma proposta de TdR visando a realização de uma acção de formação em questões de projecção macro-económica, tendo sido finalizados no período os TdR para a contratação de uma assistência técnica *on-the-job* à UMF. Todavia, em relação a esta AT, foram levantadas questões sobre a sua pertinência.

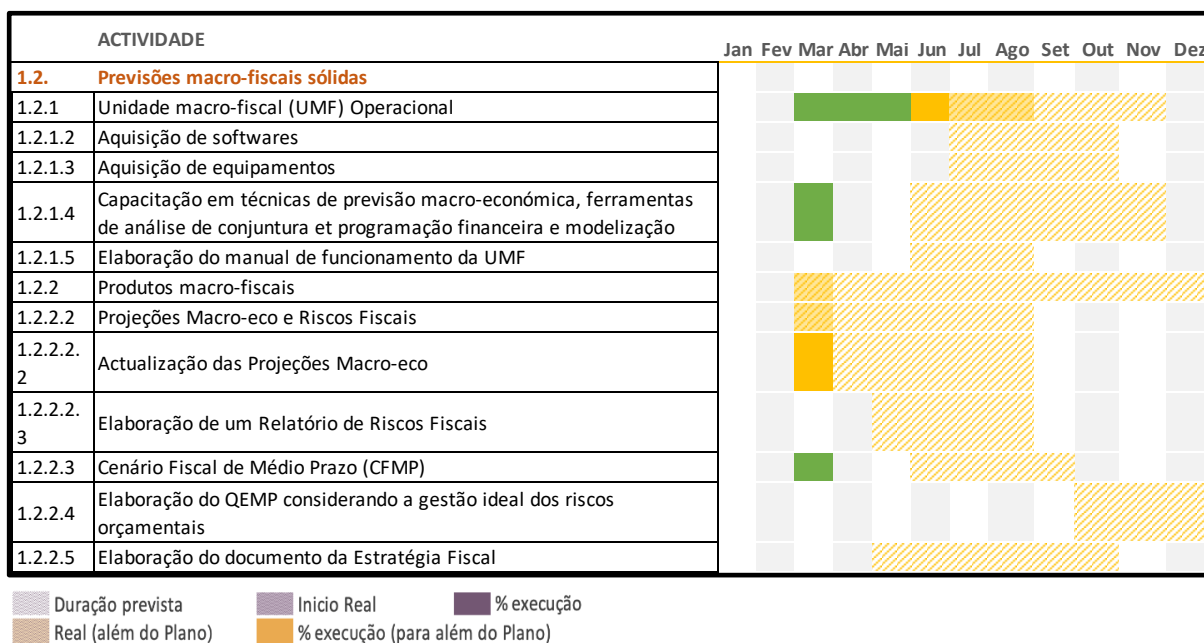
1.2.2 Produtos macro-fiscais

1.2.2.2 Actualização das Projecções Macro-económicas e riscos fiscais

As projecções macro-económicas, para o período 2021-2023, foram revistas de acordo com o planeado, tendo servido como base da posição do Governo durante as discussões com o FMI sobre a evolução da economia são-tomense no âmbito do programa assinado com esta instituição.

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

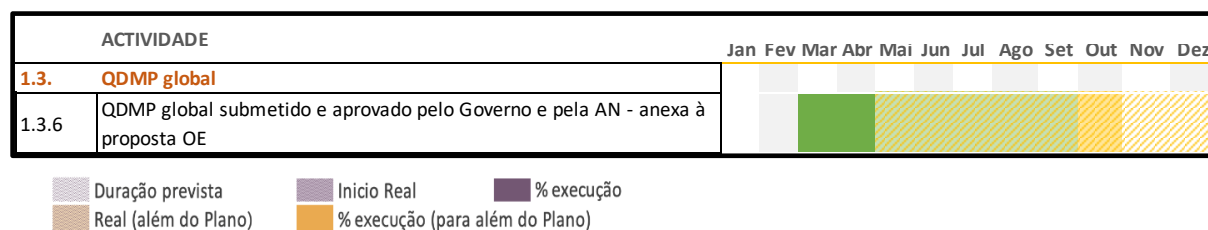
Cronograma



QDMP global

1.3.6 QDMP submetido e aprovado pelo Governo e pela AN

Foram iniciados os trabalhos de revisão do QDMP global, de modo que o mesmo possa ser submetido em anexo à proposta de orçamento para o ano de 2022.



PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão da receita

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Mobilização de recursos reforçada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Aumento dos recursos internos	atraso
Produto 2	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	atraso menor
Produto 3	Auditoria com base no risco	on-track

Para a consecução dos produtos foram executadas um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

Modelo de gestão com base em resultados

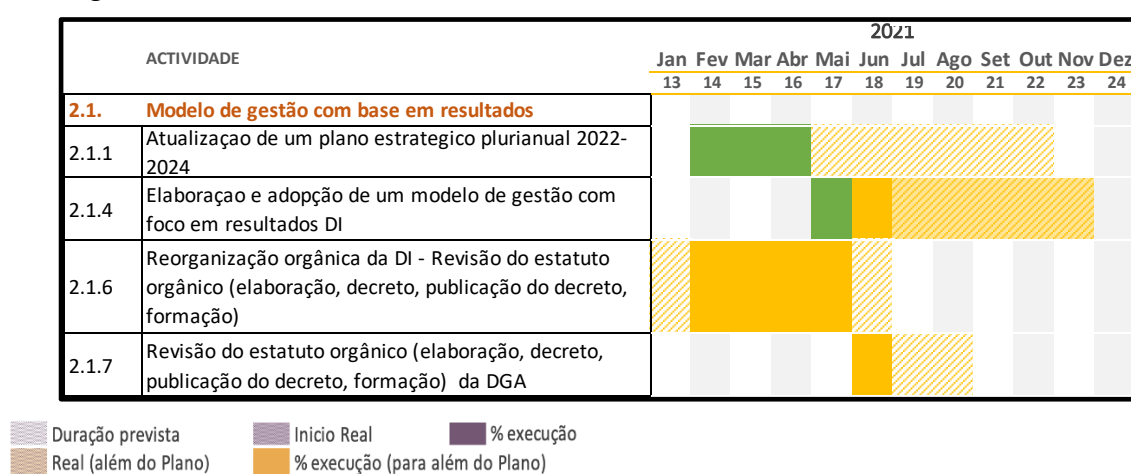
2.1.6 Re-organização orgânica da DI - Revisão do estatuto orgânico

A Direcção dos Impostos, com o apoio da assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), produziu uma agenda de acções a serem implementadas para produzir uma estrutura organizacional mais eficaz, que permita entregar os resultados previstos e desejados pelo Governo. Neste âmbito, iniciou-se a análise do 1º rascunho do ante-projecto da sua orgânica a fim de elaborar um parecer que permitirá uma discussão estruturada com o consultor e o Departamento de Assuntos Fiscais do FMI.

2.1.7 Revisão e do estatuto orgânico da DGA

Deu-se início à discussão e validação, com os funcionários da proposta de revisão do estatuto orgânico da Direcção-Geral das Alfândegas (DGA) para posterior submissão ao Ministro de tutela. Para o efeito foi criada, em junho e por uma circular do Director-geral das Alfândegas, uma comissão integrada por funcionários de modo a trazer as contribuições de todas as áreas, esperando-se ter até ao final do ano uma proposta inicial do novo estatuto já debatida internamente.

Cronograma



Imposto sobre o Valor Acrescentado

2.2.1 Plano de Implementação do IVA

O Plano de implementação do IVA foi de novo actualizado, devido ao facto de se continuar a registar um atraso no processo concursal para a selecção de uma empresa para o desenvolvimento do sistema de informação de gestão do IVA.

Na vertente legislativa, após receber comentários do Banco Mundial (BM), a DI submeteu as versões finais do IEC (imposto especial de consumo) e do regulamento do IVA. Assim, propõe-se que o governo prepare e submeta, à Assembleia Nacional, um pedido de autorização legislativa para aprovação do IEC por Decreto-Lei e que o regulamento seja aprovado pelo Governo por Decreto, isto considerando que se trata da regulamentação de uma Lei, o que permitirá a sua actualização, caso seja necessário, de modo mais ágil e flexível.

2.2.4 Formação dos 25 funcionários seleccionados

Os processos de recrutamento de 25 técnicos foram aprovados pela Administração Pública e foram submetidos ao visto do Tribunal de Contas, devendo-se dar continuidade à formação *on-the-job*.

2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de informação para a gestão do IVA

O processo de selecção da empresa para o desenvolvimento do sistema do IVA continua a registar atrasos continuando a ter impactos na capacidade de introdução, atempada, do IVA.

2.2.6 Aquisição de equipamento informático e de escritório

Os processos concursais para a aquisição de material informático está em concurso, não tendo sido ainda lançados os relativos à viatura e motocicletas.

2.2.7 Formação

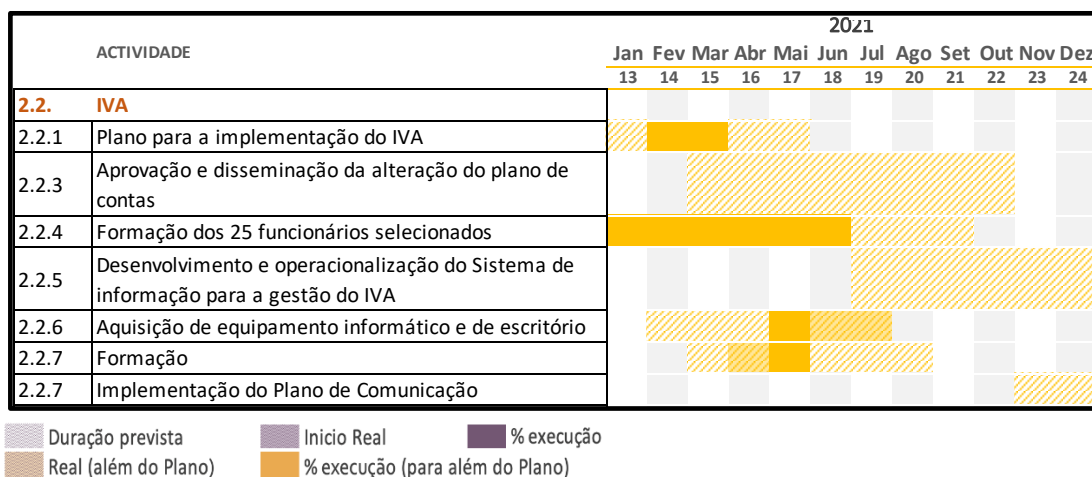
Tendo em conta a necessidade de se continuar como processo de reforço de capacidades, decidiu-se estruturar a formação da seguinte forma:

- Formação com apoio de Cabo Verde:
 - Deslocação de um grupo de oito formadores para Cabo Verde para conhecer a experiência de introdução e gestão do IVA, permitindo um aprendizado *on-the-job* (durante o mês de Setembro/Outubro);
 - Formação, em São Tomé e Príncipe, de 60 técnicos da DI e da Região Autónoma do Príncipe, recorrendo a dois formadores da Direcção-Geral dos Impostos de Cabo Verde (no mês de Novembro/Dezembro).
- Formação com apoio de Moçambique – iniciou-se contactos com a Autoridade Tributária de Moçambique para a vinda de dois funcionários dessa instituição, para ministrar

No que se refere ao reforço da capacidade da OTOCA e seus afiliados, os contactos efectuados com a Ordem de Contabilistas Certificados de Portugal para assegurar uma

assistência técnica de longo-prazo, através da Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP), não foram conclusivos.

Cronograma



Melhoria da Gestão da Receita

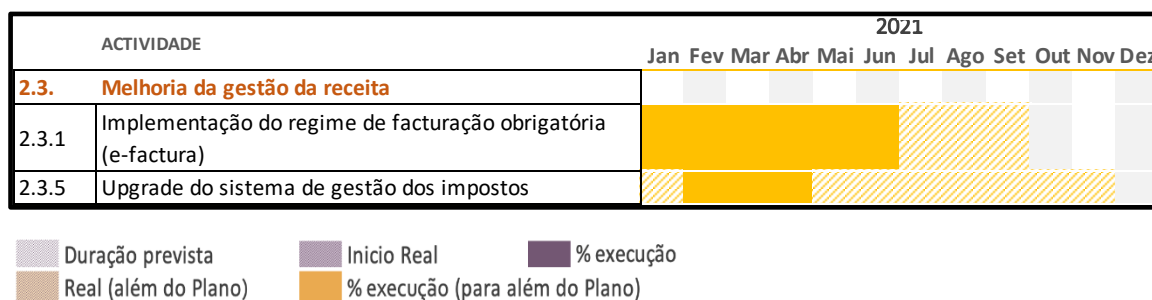
2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória (e-factura)

Os trabalhos de reforço da capacidade de análise/cruzamento dos dados disponibilizados pelo processo do e-factura está em andamento, através do desenvolvimento de soluções de *business intelligence*, desenvolvidos por técnicos da DI.

2.3.5 Upgrade do sistema de gestão dos impostos

A DI validou as regras de negócio relativos ao sistema integrado dos impostos preparados pela assistência técnica disponibilizada pelo Fundo Monetário Internacional. Os trabalhos subsequentes só terão lugar depois do início do desenvolvimento do sistema de informação do IVA

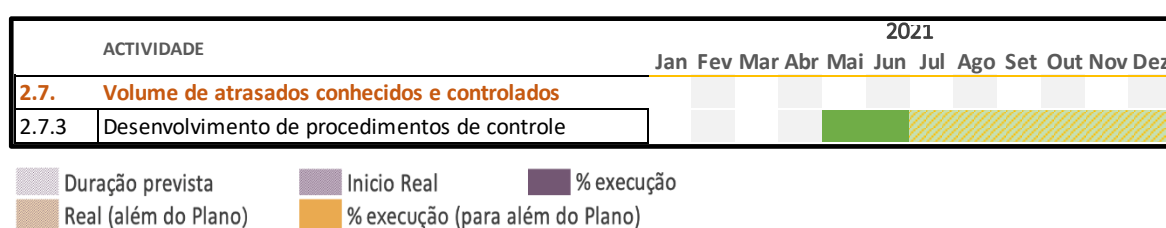
Cronograma



Volume de atrasados conhecidos e controlados

2.7.3 Desenvolvimento de procedimentos de controle

Com apoio do FMI foi desenvolvido um estudo visando fornecer orientações e boas práticas para a definição de estratégias de gestão e cobrança das dívidas fiscais. Este estudo propõe um conjunto de reformas no modelo de obtenção de dados sobre o contribuinte e alterações que deverão ser feitas no Sistema de Gestão e de Arrecadação de Receitas do Estado (SGARE), elencando algumas medidas urgentes de curto prazo para aumentar a declaração e auto-liquidação e recuperar créditos não liquidados ou não pagos, bem como uma estrutura de monitoria dos atrasados.



PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e Tesouraria

O Programa operacional tem como objetivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais; Melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão da Dívida Pública e Tesouraria Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Atraso menor
Produto 2	Gestão da dívida reforçada	Atraso menor
Produto 3	Gestão da tesouraria reforçada	on-track

Para a consecução dos produtos foi executada a seguinte acção:

Modernização da Gestão da dívida pública (externa e interna)

3.1.2 Melhoria das operações

3.1.2.1 Emissão e gestão da dívida

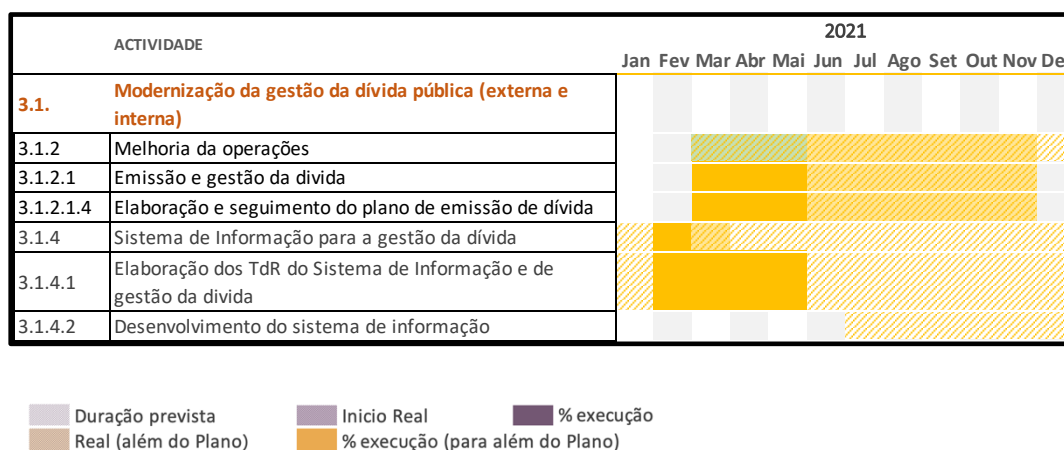
De modo a melhor gerir o processo de emissão de Bilhetes de Tesouro, elaborou-se um plano de emissão que tem orientado as operações de colocação por parte do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP). Igualmente, a Comissão de gestão dos títulos tem-se reunido de forma regular.

3.1.4 Sistema de Informação para a gestão da dívida

3.1.4.1 Elaboração dos TdR's do sistema informação e de gestão da dívida

O analista de negócio contratado finalizou o desenvolvimento das regras de negócio necessárias para o desenvolvimento do sistema de gestão da dívida. Nesta base actualizaram-se os TdR para o desenvolvimento do sistema de informação e de gestão da dívida. Isto permitirá a discussão com o financiador e posterior lançamento do concurso de recrutamento.

Cronograma



Tesouraria

3.2.1 Elaboração de um Manual de Procedimento para a DT

O regulamento relativo ao Regime de Tesouraria, que foi produzido em 2020 e alterado pela DT, não foi ainda submetida pelo Gabinete Jurídico ao MPFEA.

3.2.1.4 Controle das contas da Administração central

O controle das contas bancárias em bancos comerciais foi consolidado a nível das entidades da Administração Central, recebendo de forma semanal os extractos dessas contas. Isto permitiu o início da identificação de contas inactivas e a passagem dos respectivos saldos para a Conta Única do Tesouro (CUT). Este trabalho terá continuidade durante os próximos trimestres do ano e começar-se-á a extensão às entidades extra-orçamentais .

3.2.3 Gestão da Tesouraria

3.2.3.1 Manual de Procedimentos

Foram iniciados os trabalhos conducentes à selecção de um consultor para a elaboração do manual de procedimento da gestão da tesouraria. que deverá ser concluído no ano de 2021. Este manual deverá entre outros preescrever os procedimentos necessários para o começo dos trabalhos de modelização.

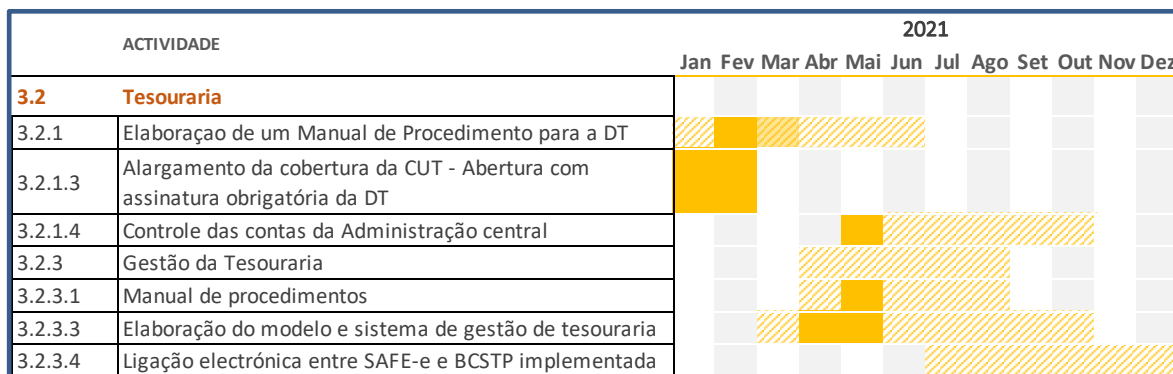
3.2.3.3 Elaboração do modelo e sistema de gestão de tesouraria

Foram validados no trimestre, com suporte de uma assistência técnica, a proposta de Decreto que estabelece a composição e o funcionamento do Comité do Plano de Tesouraria do Estado, bem como o respectivo manual de funcionamento.

3.2.3.4 Ligação eletrónica entre o SAFE-e e o BCSTP

O processo de ligação entre o Tesouro e o BCSTP continua em discussão, não tendo havido conclusões neste quadro. Assim, espera-se os desenvolvimentos para a implementação do sistema “*Real-Time Gross Settlement*” de modo a se poder decidir qual a melhor solução a adoptar, tendo igualmente em conta as limitações do SAFE-e.

Cronograma



Duração prevista
 Início Real
 % execução
 Real (além do Plano)
 % execução (para além do Plano)

PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

O Programa operacional tem como objetivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas reforçada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso
Produto 2	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso Substancial

Para a consecução dos produtos foi previsto um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

Governança Reforçada nas EP's

4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

Os impactos da COVID-19 não permitiram o avanço desta actividade, ou seja, uma discussão mais aprofundada dos seguintes dois documentos submetidos pela consultoria, i)

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Relatório de avaliação e estado de funcionamento das Empresas Públicas (EP's) e ii) a Proposta de revisão do quadro legal das EP's.

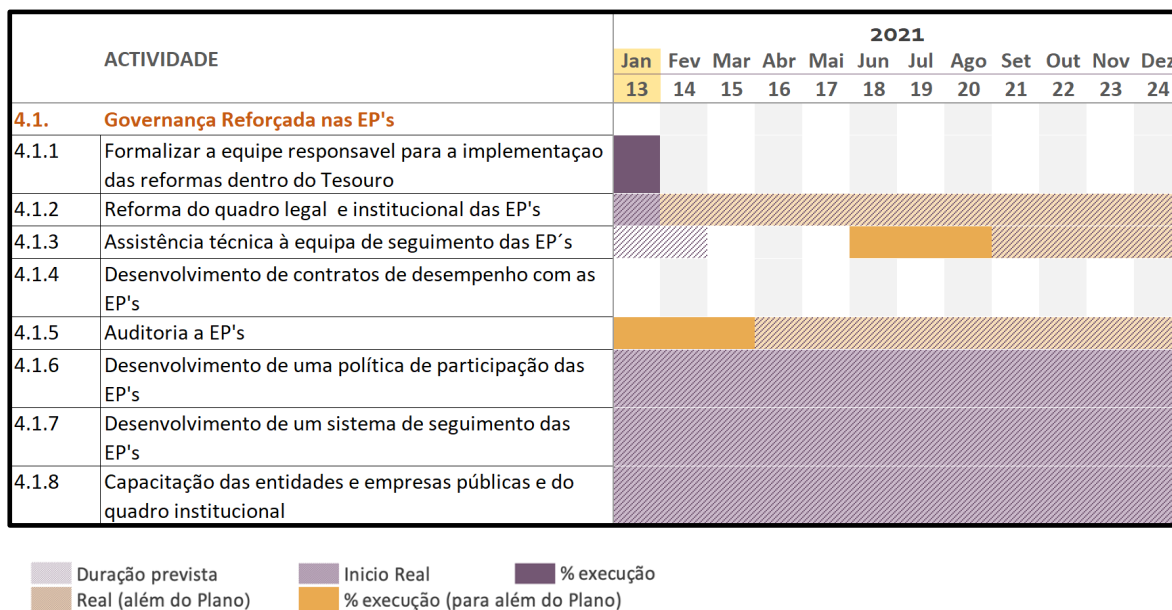
4.1.3 Assistência técnica à equipa de seguimento das EP's

Esta actividade não foi passível de ser executada tendo em conta as restrições sanitárias provocadas pela COVID-19.

4.1.5 Auditoria das EPs

A fim de conhecer o status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas, de 2017 e 2018, da ENASA, EMAE, ENAPORT e Correios a DT enviou ofícios solicitando actualizações. Todavia, a DT não recebeu nenhum feedback neste quadro.

Cronograma



PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o *money-for-value* dos investimentos públicos, através da criação da infraestrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão do Investimento Público Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso
Produto 2	Seleccção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	Atraso
Produto 3	Gestão, execução e monitoria do investimento	Atraso

Para a consecução dos produtos foi iniciada a implementação das acções seguintes:

Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

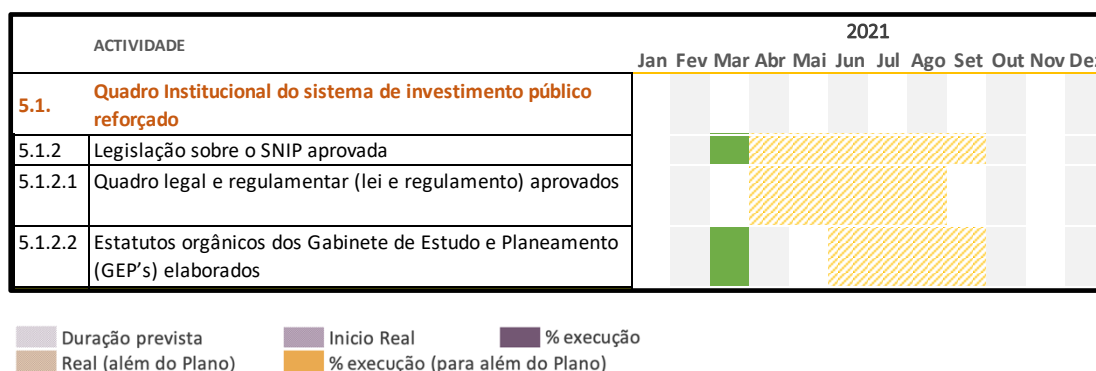
5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

A proposta de lei e o regulamento estruturando o SNIP não foi submetido para aprovação, dado se estar a aguardar a entrada em funcionamento do e-SNIP.

5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP's) elaborados (RAP e Câmaras)

Embora os TdR's tenham sido validados não se concretizou a decisão de financiamento desta actividade, o que poderá acontecer no próximo trimestre.

Cronograma

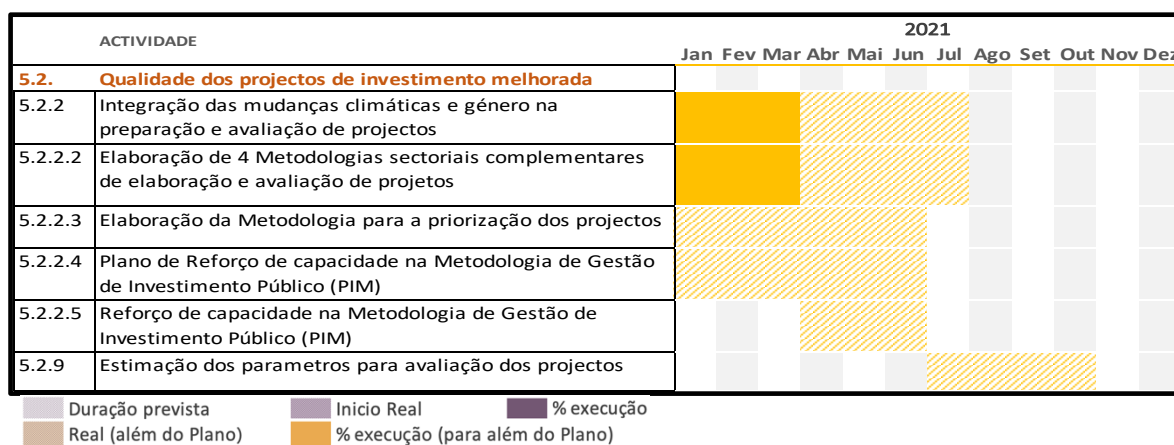


Qualidade dos projectos de investimento melhorada

5.2.2 Integração das mudanças climáticas e género na preparação e avaliação de projectos

As actividades previstas nesta secção estão em curso, com atraso relativo, não tendo ainda sido disponibilizados os produtos previstos prevendo-se que tal aconteça no 3º trimestre

Cronograma

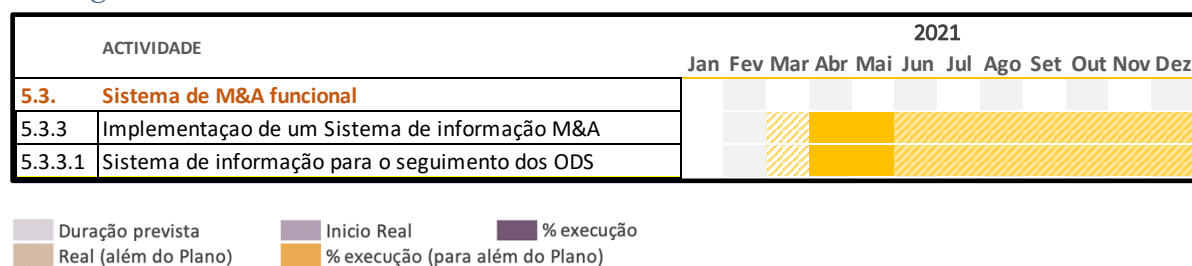


Sistema de M&A funcional

5.3.3.1 Sistema de informação para o seguimento dos ODS

Deu-se início aos trabalhos de desenvolvimento da Plataforma Nacional de Comunicação e Divulgação de Dados. O primeiro produto a ser produzido será um dashboard que permitirá monitorizar o cumprimento das ODS, nomeadamente nas questões das Finanças Públicas. De seguidas dar-se-á início aos trabalhos sobre a plataforma web (STP dados) que permitirá fazer a monitoria do PNDS.

Cronograma



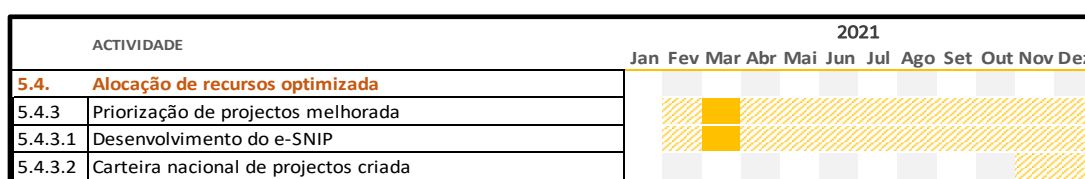
Alocação de recursos otimizada

5.4.3 Priorização de projectos melhorada

5.4.3.1 e- SNIP criado

Não foi possível obter o financiamento pretendido, o que não permitiu o arranque do projecto como desejado, estando-se neste momento á procura de soluções alternativas.

Cronograma



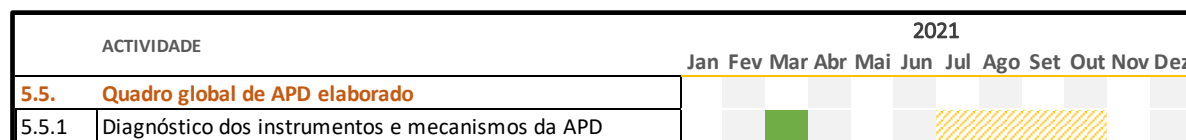
Duração prevista
 Real (além do Plano)
 Início Real
 % execução
 % execução (para além do Plano)

Quadro Global da APD melhorado

5.5.1 Diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD

Esta actividade ainda não foi financiada e por isso motivo a actividade não teve início.

Cronograma



Duração prevista
 Real (além do Plano)
 Início Real
 % execução
 % execução (para além do Plano)

PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcionais o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados	Atraso
Produto 2	Controles Internos reforçados	Atraso menor
Produto 3	Qualidade da auditoria reforçada	on-track

o

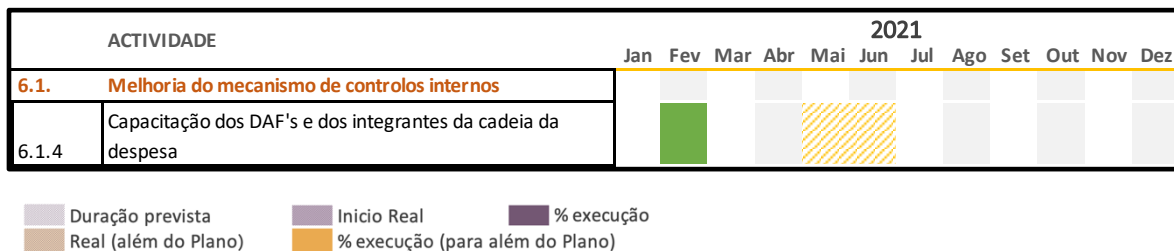
Para a consecução dos produtos foram executadas um conjunto de acções seguintes estruturadas nas componentes abaixo:

Melhoria do mecanismo de controlos internos

6.1.4 Capacitação dos DAF's e dos integrantes da cadeia da despesa

A acção de formação prevista para a capacitação dos DAF's dos Ministérios sectoriais não foi passível de ser realizada pelas restrições sanitárias provocadas pela COVID-19..

Cronograma

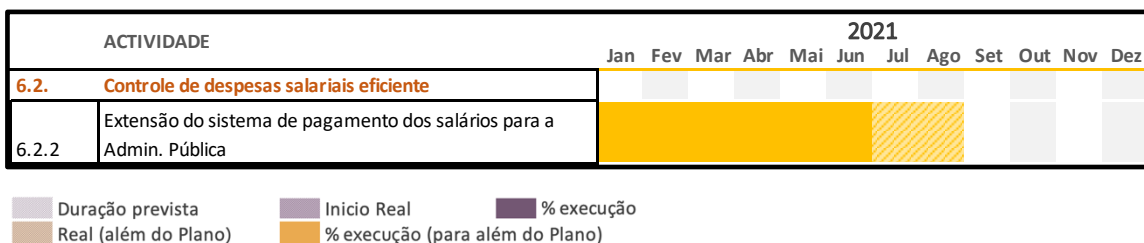


Controle de despesas salariais eficiente

6.2.2 Extensão do sistema de pagamento dos salários para a Administração Pública

Foi concluído o desenvolvimento da interligação entre o sistema de salários e sistema da Administração Pública, que durante os próximos meses estará em fase de testes, prevendo-se a entrada em produção no final do ano de 2021.

Cronograma

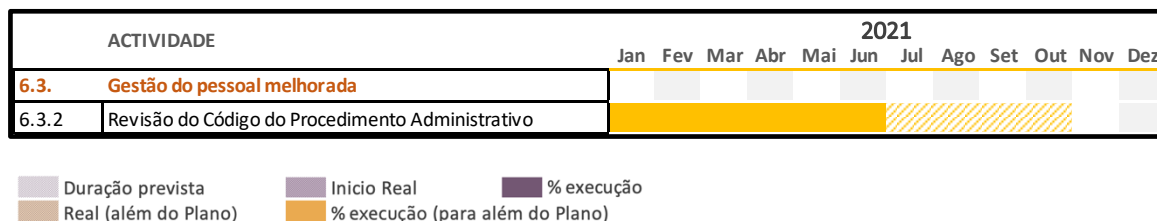


Gestão do pessoal melhorada

6.3.2 Revisão do Código do Procedimento Administrativo

Finalizou-se a revisão do Código do Procedimento Administrativo, através do qual se prevê atribuir maior modernidade e transparência à actuação dos órgãos da Administração Pública. Prevê-se que durante o 3º trimestre se fará a apresentação pública do ante-projecto para recolha de subsídios e posterior submissão ao Conselho de Ministros.

Cronograma



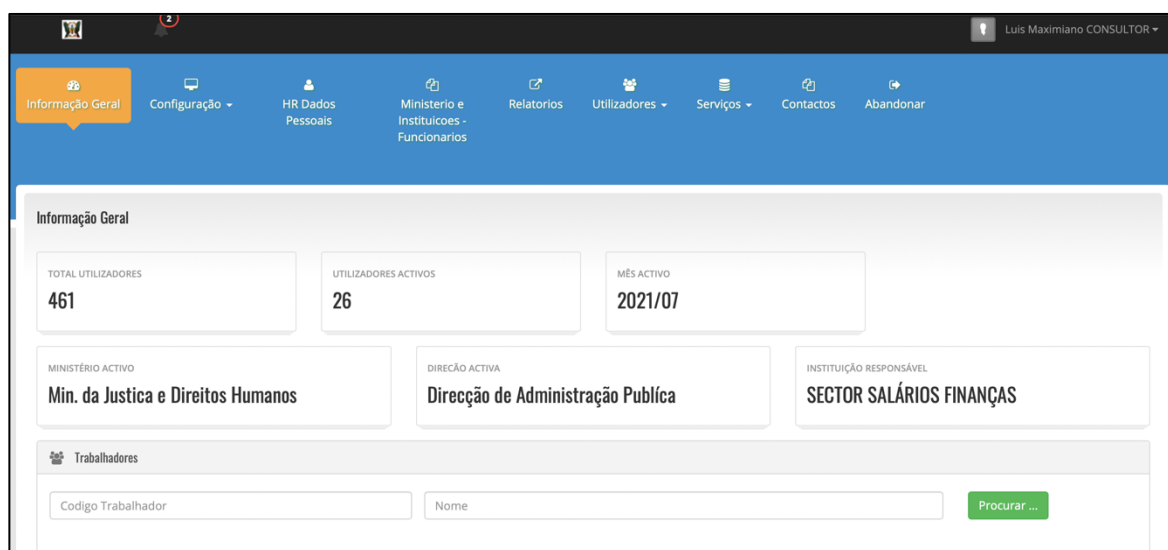
Sistema de informação da administração pública funcional

6.5.1 Criação da BD dos funcionários

Finalizou-se o desenvolvimento do Sistema de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública.



O sistema permitirá a análise dos recursos humanos por diferentes prismas, com por exemplo, por Ministério, por género dos funcionários, bem como a permitindo saber os que irão para a reforma num determinado período de tempo.



PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

O SRH possui funcionalidades permitindo a identificação pessoal do funcionário, bem como os dados relativos à progressão da sua vida profissional na Administração Pública.

Indivíduos

Início / Indivíduos

Indivíduos

Bilhete Ident.

Nome

NumeroNif

Data Nascimento

Codigo Trabalhador

Procurar ...

Limpar Filtro

Titulo

Senhor

Nome *

Codigo Trabalhador

morada

Data Nascimento

Bilhete Ident. *

Data Validade do Bi

Distrito Nascimento

Agua-Grande

Distrito Residencia

Agua-Grande

Estado Civil

Casada(o)

Lugar Nascimento

Meus Processos e Incidentes.

09/08/2021

Género

Senhor

Nome Funcionário

Bilhete Ident.

CVCVCVBI

Data Validade do Bi

05/08/2021

Data Nascimento

21/07/1994

NumeroNif

444455555

Ord.	Crivo do tribunal de Contas	Processos..	Instituição	Categoria	Forma Provimento	Escalão	Data do Processo	Data PedidoVisto	Data Visto	Numero Visto	NumeroAcordao	Data Acordao	Detalhes
1	Visto Tribunal Contas	Nomeacao Definitiva	Direcção de Administração Pública	TÉCNICO SUP 3ªCLASSE	Nomeado	Quarto	22/07/2021	22/07/2021	22/07/2021	4567/2021			
2	Nao Necessita Crivo TC	Férias Disciplinares	Direcção de Administração Pública	TÉCNICO SUP 3ªCLASSE	Contratado	Decimo	22/07/2021						
3	Visto Tribunal Contas	Integracao Profissional	Direcção de Administração Pública	TÉCNICO SUP 3ªCLASSE	Contratado	Primeiro	21/07/2021	2021/07/07	2021/07/14	4566/2021			

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Ele permite, igualmente, a produção de um conjunto de relatórios, tanto no domínio financeiro como no da gestão de RH.

Relatórios Financeiros

[Início](#) / Relatórios Financeiros

Relatórios Financeiros

Recibos mensais de Salários e Hora Extra

Dados profissionais nas Instituições

Contribuição Anual para IRS

Efectividade Anual .

Efectividade mensal e Salário Líquido

Contribuição Anual Segurança Social

Histórico Anual de Salários.

Contribuição SS desde 1999 à 2017 (Excepção. 2004)

Funcionarios a reformarem dentro de 1 Ano							
Codigo Trabalhador	Nome	Categoria Funcionários	Instituições	Ministérios	Data Nascimento	Idade	Data da Reforma
		TÉCNICO SUP. PRINCIPAL	Direcção do Orçamento	MIN.do PLANEAM. FINANÇAS E ECONOMIA AZUL	1982/03/30	39	2022/03/30
		OFICIAL ADMINI. 3ªCLASSE	Direcção Distrital de Saúde de Mézochi	Min. da Saude (M.S.)	1982/05/07	39	2022/05/07

Funcionarios a reformarem dentro de 6 Meses							
Codigo Trabalhador	Nome	Categoria Funcionários	Instituições	Ministérios	Data Nascimento	Idade	Data da Reforma
		OPERÁRIO 3ªCLASSE	Departamento Reg. Serv. Cam. Munic. Esp. Verde	GOVERNO REGIONAL -SECRET.REG AMB. DESENV. SUSTENTA	1981/09/30	40	2021/09/30
		TÉCNICO SUP 3ªCLASSE	Direcção de Contabilidade	MIN.do PLANEAM. FINANÇAS E ECONOMIA AZUL	1981/10/02	40	2021/10/02
		TÉCNICO SUP. 2ªCLASSE	Direcção do Orçamento	MIN.do PLANEAM. FINANÇAS E ECONOMIA AZUL	1981/10/03	40	2021/10/03

Funcionarios a reformarem dentro de 3 meses							
Codigo Trabalhador	Nome	Categoria Funcionários	Instituições	Ministérios	Data Nascimento	Idade	Data da Reforma
		AUXILIAR TÉC. 3ªCLASSE	Direcção de Obras Públicas e Urbanismo	Min. das Infr. Recurs. Naturais e Ambiente	1981/06/30	40	2021/06/30

O sistema inclui um portal permitindo o acesso individual do funcionário.



Informação Geral

Relatórios Diversos ▾

Registo de Formações

Registo do Pai e da Mae

Registo de Férias

Faltas do mês.

Abandonar

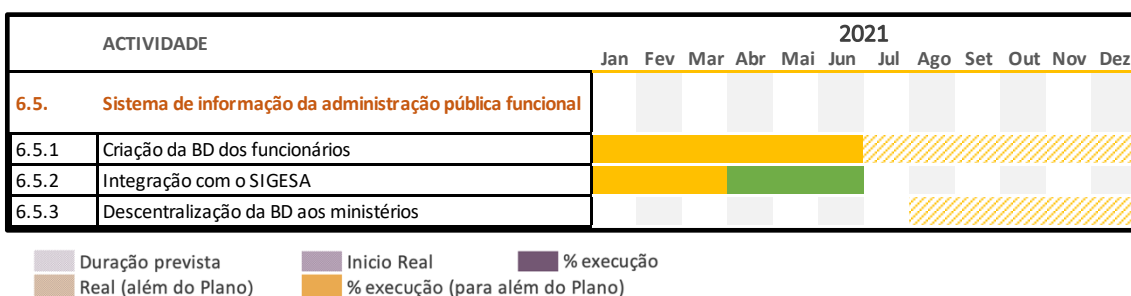
De modo a capacitar os funcionários da Direcção Nacional da Administração Pública na utilização do SRH, foi efectuada uma acção de formação dirigida aos seus funcionários.

Entretanto, para a entrada em funcionamento em pleno do SRH torna-se necessário a aquisição de equipamentos informáticos de suporte à aplicação e aos funcionários da DNAP.

6.5.2 Integração com o SIGESA

Foram realizados testes de integração do SRH com o SIGESA, tendo sido carregados os dados iniciais existentes neste sistema no SRH.

Cronograma



Abrangência da auditoria interna alargada

6.5.4 Qualidade das auditorias internas melhorada

6.6.4.1 Reforço da capacidade em auditorias temáticas e de desempenho

Durante o trimestre os técnicos da IGF beneficiaram de 2 formações no domínio da introdução à contabilidade patrimonial (15 horas de formação) e de uma acção de formação (30 horas) nas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

A IGF iniciou a realização de 5 auditorias financeiras, das quais 3 beneficiaram, na sua preparação, da existência de um guião para auditorias temáticas, que permitirão aferir *ex-post* do seguimento das melhores práticas nesse tipo de auditoria.

6.5.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC)

6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema

O desenvolvimento do sistema de informação para a Gestão de Recomendações (SGR) está na sua fase final de desenvolvimento (95% das tarefas concluídas) prevendo-se a sua entrada em produção durante o último trimestre de 2021.

O sistema permite definir a equipa de auditoria, o tipo de auditoria, a entidade a auditar, introduzindo de seguida o plano de auditoria.



SGR - SISTEMA DE GESTÃO DE RECOMENDAÇÃO RR

Home

Auditorias

Registrar

Visualizar

Tipos de Auditoria

Status de Auditoria

Equipas de Trabalho

Recomendações

Cumprimentos

Entidades

Utilizadores

Parâmetros

Segurança

Relatórios

NOVA AÇÃO DE AUDITORIA

< Salvar Novo

Código do processo	Descrição da ação		
Ano de realização	Tipo de auditoria	Status	Entidade auditada
Selecione	Selecione	Em Curso	Selecione
Prazo de Abrangência	Data de despacho (Homologação)		Data de envio (Relatório Final)
Equipa de trabalho	Data de Registo		Data de atualização
Selecione			

Após a realização da auditoria, poder-se-á fazer o carregamento do ficheiro contendo o relatório de auditoria, bem como as recomendações detalhadas. Após isso a entidade auditada recebe uma notificação da finalização da auditoria e das recomendações produzidas.

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

SGR - SISTEMA DE GESTÃO DE RECOMENDAÇÃO

RR

Visualizar

Tipos de Auditoria

Status de Auditoria

Equipas de Trabalho

Recomendações

Cumprimentos

Registrar

Visualizar

Níveis de Cumprimentos

Entidades

Utilizadores

Parâmetros

Segurança

Relatórios

Recomendações

Carácter das recomendações (optional)

☐ Criminal
☐ Disciplinar
☐ Procedimental

Nível de risco (optional)

☐ Muito crítico
☐ Crítico
☐ Moderado
☐ Aceitável

Gerar

Limpar

Nº Processo	Descrição da Ação de Auditoria	Data Env.	Total Rec.	Avaliadas	Cumpridas	Em Curso	Não Cumpridas	Não Avaliadas	Dias
021.DGC.006	Auditoria ao comércio...	01/06/2021	0	0	0	0	0	0	143
021.DGC.007	Auditoria ao comércio...	01/06/2021	0	0	0	0	0	0	143
021.DGC.008	Auditoria ao comércio...	01/06/2021	0	0	0	0	0	0	143

O SGR contém para além de um módulo de cumprimento e de avaliação das recomendações, permitindo à IGF avaliar se a recomendação está cumprida, parcialmente cumprida ou não cumprida, incluindo o carregamento das evidências desse facto, um módulo que gere a produção de relatórios diversos.

Home	RECOMENDAÇÕES						
Auditorias							
Registrar							
Visualizar							
Tipos de Auditoria							
Status de Auditoria							
Equipas de Trabalho							
Recomendações							
Registrar							
Visualizar							
Status							
Natureza							
Caracteres							
Níveis de Risco							

Nº Rec.	Nº Processo	Conclusão	Status	Caráter	Natureza	Data Registo	
4	021.DGC.001	Preencher diariamente o livro e responsabilizar um técnico pelo controlo do mesmo.	Pendente	Procedimental	Contabilidade	1 de jun. de 2021	
11	021.DGC.003	wgwgewrg	Pendente	Procedimental	Contabilidade	15 de jul. de 2021	

+

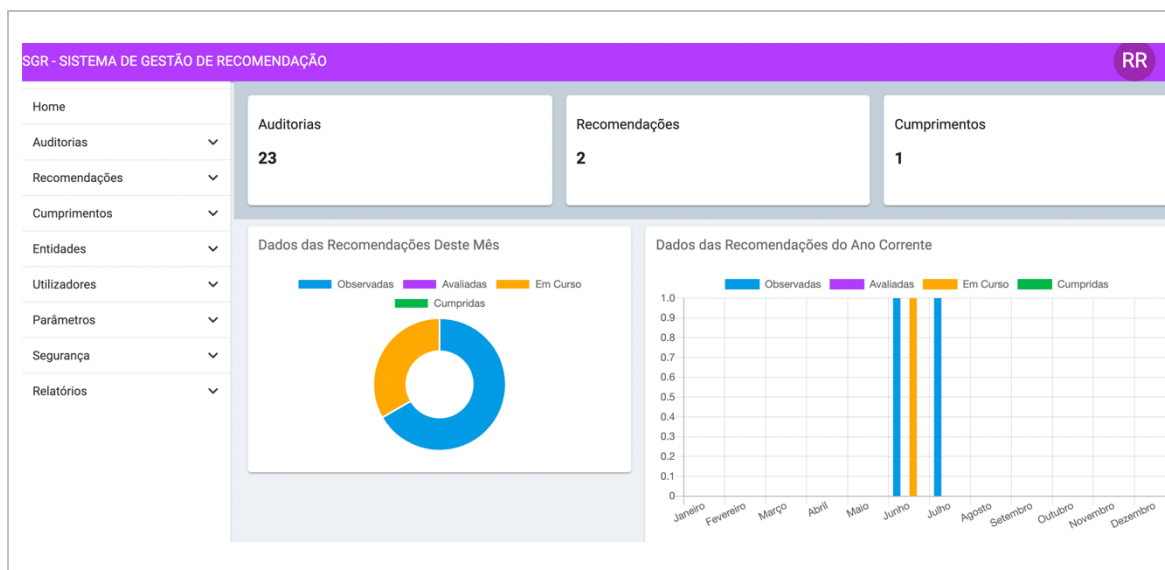
Mostrando 1 a 2 de 2 linhas

<< < 1 > >>

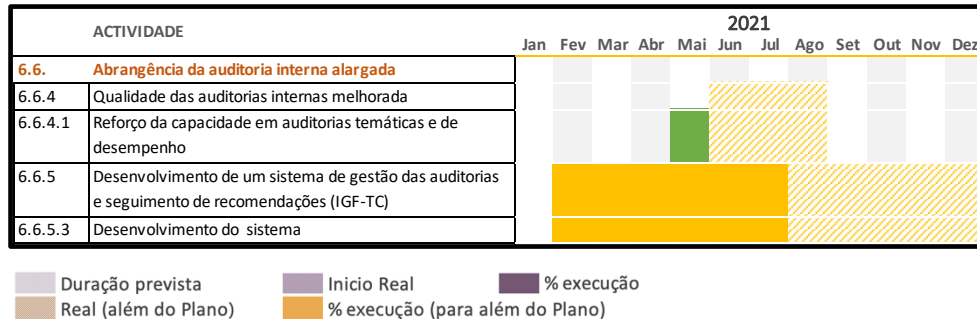
10

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Por fim, o SGR integra um *dashboard* que resume as auditorias, as recomendações e o status de cumprimento.



Cronograma



Sistema de Aquisições e Património melhorado

6.7.1 Quadro legal, procedimental e organizacional

6.7.1.1 Revisão e actualização da Lei das Licitações

Durante o trimestre o consultor submeteu as versões preliminares para a recolha de subsídios. Com esse fim houve uma deslocação à Região Autónoma do Príncipe para

encontro com o Presidente e o Secretário Regional das Finanças, bem como houve um conjunto de encontro com as Direcções do MPFEA e o Sector Privado.

Nessa base, o consultor finalizou e entregou a proposta de lei final, que foi aprovada pela Comissão de Seguimento devendo-se proceder, no próximo trimestre, ao seu envio para aprovação do Ministro das Finanças, antes da submissão ao Conselho de Ministros e posteriormente à Assembleia Nacional.

6.7.1.2 Elaboração dos regulamentos de suporte à Lei

O consultor elaborou e submeteu à Comissão de Seguimento as propostas dos regulamentos de suporte à Lei, tendo sido aprovados, devendo ser submetidos às autoridades políticas nos mesmos termos da proposta de Lei das Licitações.

6.7.1.4 Formação dos agentes de *procurement*

Por forma a permitir a entrada em funcionamento do quadro legal revisto é necessário efectuar acções de formação para todos os funcionários do COSSIL, agentes das Unidades Gestoras de Licitação (UGEL's) e para o sector privado, para conhecimento e utilização do novo quadro legal das licitações. Nesse sentido, iniciou-se o processo de procura de financiamento para a execução dessa actividade, não prevista no pacote inicial.

6.7.1.6 Actualização dos Estatutos do COSSIL

Os estatutos do COSSIL, submetidos no trimestre passado, foram aprovados pela Comissão e serão enviados ao Ministro para aprovação, em inícios de Julho (9 de julho) serão enviados ao Conselho Ministros e posteriormente à Assembleia Nacional.

6.7.3 Sistema de informação de suporte ao património

6.7.3.1 Elaboração dos TdR para o sistema de informação do Património

Os TdR's preliminares para o sistema de informação do património, que foram desenvolvidos pela DPE, foram submetidos à AFAP para procura de financiamento

6.7.4 Desenvolvimento de um website de suporte ao COSSIL

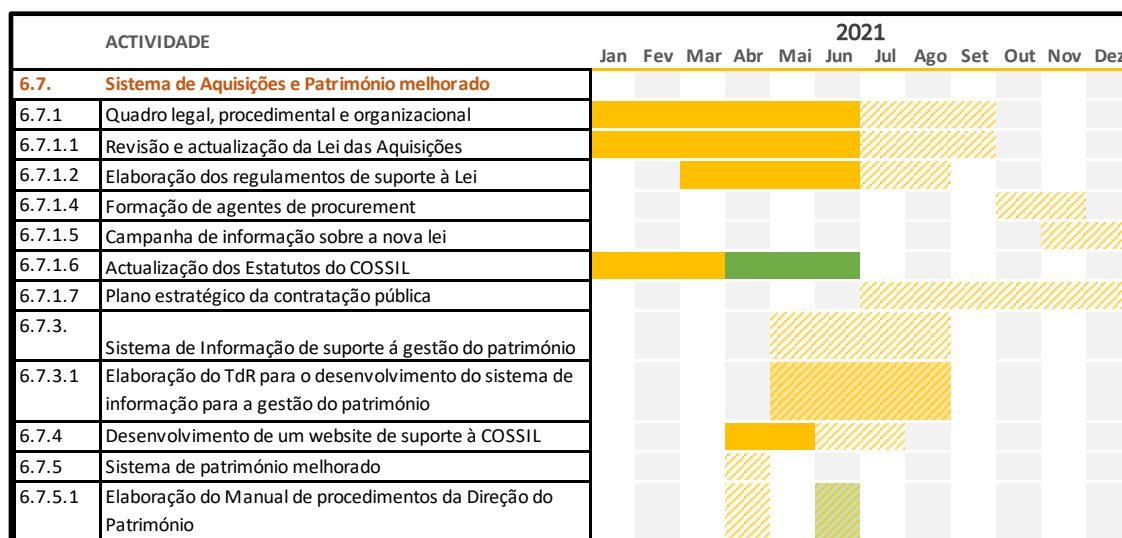
Após a conclusão do processo concursal, foi assinado o contrato com o consultor que irá desenvolver o website do COSSIL. Prevê-se que os trabalhos estejam concluídos no 3º trimestre de 2021.

6.7.5 Sistema de património melhorado

6.7.5.1 Elaboração do Manual de procedimentos da Direcção do Património

Não tendo sido possível a impressão do Manual de Procedimentos da Direcção do Património do Estado (DPE), permitindo a sua utilização geral, decidiu-se pela sua publicação em formato digital, no website do MPFEA.

Cronograma



Duração prevista
 Início Real
 % execução
 Real (além do Plano)
 % execução (para além do Plano)

Sistemas de informação funcionais

6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental

6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental

Mantêm-se a proposta de se efectuar o desenvolvimento de um sistema de gestão orçamental *ex-novo*, mantendo a base de dados actual. Todavia, tal solução necessitará de uma validação definitiva do Ministro PFEA e posteriormente o desenvolvimento de uma “feuille de route” para o efeito.

6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infraestruturas tecnológicas

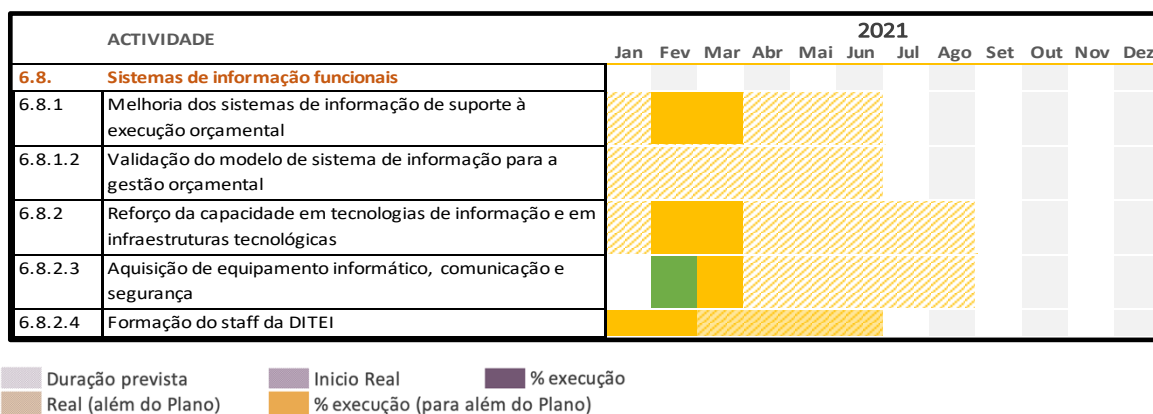
6.8.2.3 Aquisição de equipamento informáticos, de comunicação e de segurança

Submeteu-se as especificações técnicas dos UPS. equipamentos de refrigeração e equipamentos de vídeo-vigilância em circuito fechado, viatura à entidade financiadora para efeito de lançamento dos processos de aquisição.

6.8.2.4 Formação do staff da DITEI

Neste trimestre, foram preparados os TdR's para a execução de formações no domínio de alimentação elétrica e refrigeração, de forma a dotar a DITEI de capacidade interna nesses domínios.

Cronograma



PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	Atraso
Produto 2	Utilização de normas internacionais	Atraso
Produto 3	Informação financeira atempada	Atraso

Para a consecução dos produtos foram implementadas as acções constantes das componentes seguintes:

Melhoria da qualidade da informação produzida

7.2.1 Normas de contabilidade modernizadas

7.2.1.3 Formação nas IPSAS

Realizou-se uma formação nas normas internacionais IPSAS, para os técnicos do MPFEA e outras entidades do Estado (Tribunal de Contas e Assembleia Nacional) permitindo dar-lhes uma capacitação inicial com vista ao início do processo de discussão da introdução das IPSAS em São Tomé e Príncipe.

7.2.3 Passagem do TOFE para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas

7.2.3.2 Dados da Administração local e FSA

Devido às restrições sanitárias e à não realização da missão da AFRITAC não foi possível dar seguimento aos trabalhos, que deverão ter continuidade em Setembro e permitir a inclusão dos dados dos Fundos e Serviços Autónomos de 2018 a 2020.

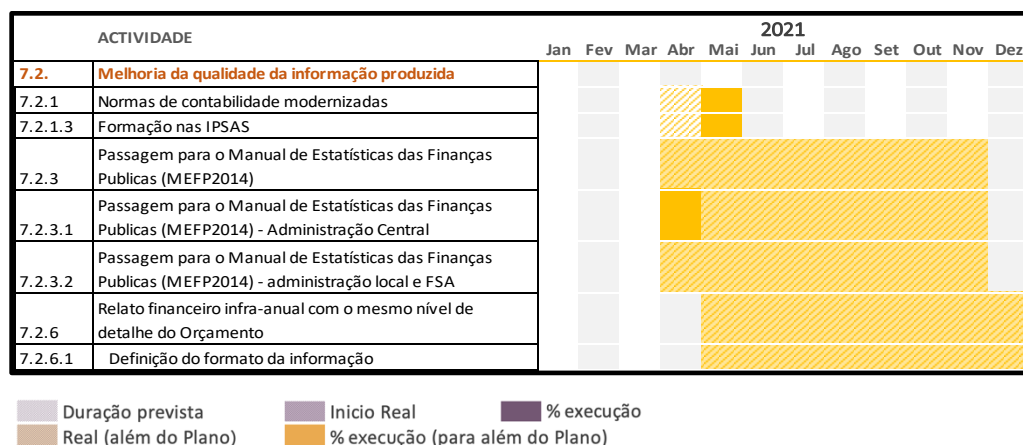
7.2.6. Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento

7.2.6.1 Definição do formato da informação

Não foi possível no trimestre definir a nova estrutura de informação detalhada na qual se basearão, pelo facto de se ter tido um significativo atraso na compilação dos dados do relatório trimestral. Assim, o 1º relatório trimestral de 2021 está ser ainda finalizado, devendo ser publicado no 3º trimestre.

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Cronograma

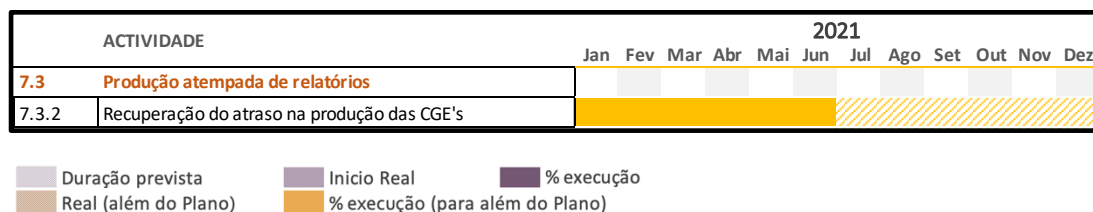


Produção atempada de relatórios

7.3.2. Recuperação do atraso na produção das CGE

No trimestre, entregou-se ao Tribunal de Contas a Conta Geral do Estado (CGE) do ano de 2019. Esta entrega permitirá o reforço dos trabalhos referentes à elaboração da CGE de 2020.

Cronograma



PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

O Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Escrutínio e auditoria externa efectivos

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Qualidade da auditoria externa ampliada	on-track
Produto 2	Seguimento das recomendações reforçado	Não iniciado
Produto 3	Escrutínio parlamentar efectivo	on-track
Produto 4	Reforço da capacidade das OSC	Não iniciado

Para a consecução dos produtos foram executadas o conjunto de acções integrados nas componentes seguintes:

Qualidade da auditoria externa reforçada

8.1.2 Elaboração da metodologia de auditoria baseada no risco

8.1.2.2 Capacitação na utilização da metodologia de auditorias com base no risco

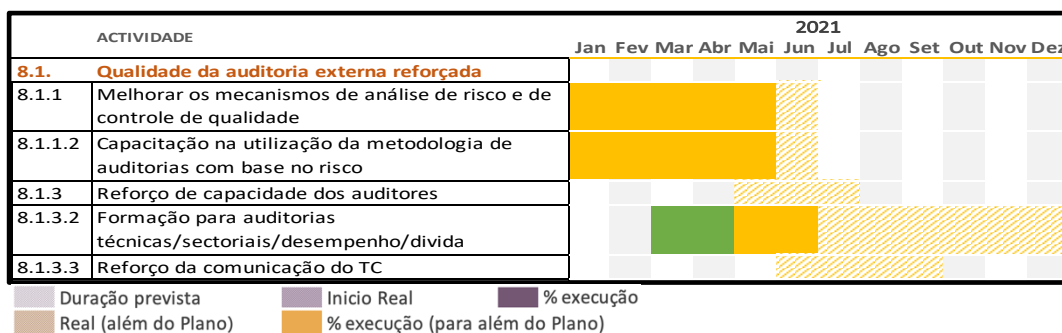
O relatório PFM-RF de análise da gestão das finanças públicas visando o alcance dos ODS, que permite apresentar um relatório holístico sobre os riscos da gestão financeira pública do país, foi aprovado pelo plenário dos juizes no mês de maio, sido enviado às entidades auditadas e publicado no site do TC

8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

Com vista ao reforço da capacidade do TC instituição na análise das políticas públicas e orçamento, 5 técnicos desta instituição estão a participar no Curso de Pós-graduação em Finanças Públicas, ministrado pelo ISCTE. Igualmente, 8 técnicos participaram em acções de formação sobre as IPSAS.

Cronograma



Cobertura da auditoria aumentada

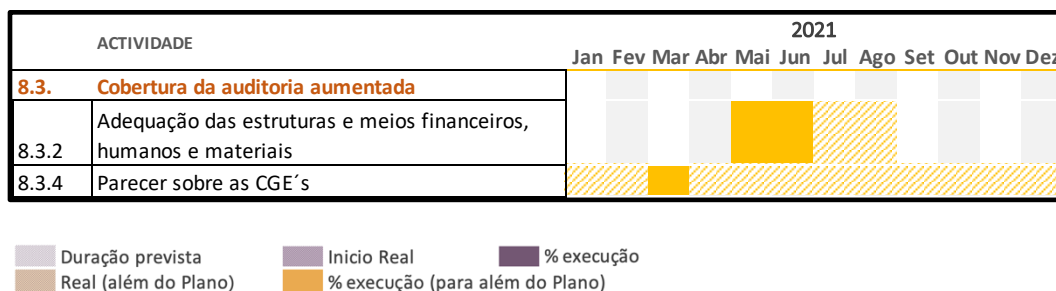
8.3.2 Adequação das estruturas e meios financeiros, humanos e materiais

Conseguiu-se reforçar-se a capacidade das salas de formação e centro de informação do TC, após se ter recebido computadores e demais equipamentos de vídeo-conferência.

8.3.4 Parecer sobre as CGE's

Os trabalhos sobre o Relatório e Parecer (RP) do Tribunal de Contas sobre a CGE de 2018, não tiveram continuidade dado que a equipa dedicou-se à realização das auditorias relativas as despesas da COVID-19.

Cronograma



Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada

8.4.1 Capacitação em Finanças Públicas, análise orçamental e despesas com enfoque no género e mudanças climáticas

Um Deputado e três assessores parlamentares (2 da 2ª comissão e 1 membro do Conselho de Administração) participam no Curso de Pós-graduação em Finanças Públicas ministrado pelo ISCTE, com vista ao reforço da capacidade dessa instituição na análise das políticas públicas e orçamento. Prevê-se que na próxima fase do programa participarão mais cinco quadros superiores da AN. Igualmente, as deputadas, membros da Rede das mulheres parlamentares, participaram num seminário de análise e fiscalização do orçamento com enfoque no género, reforçando as capacidades do Parlamento nesta abordagem.

8.4.3 Reforço da comunicação da AN

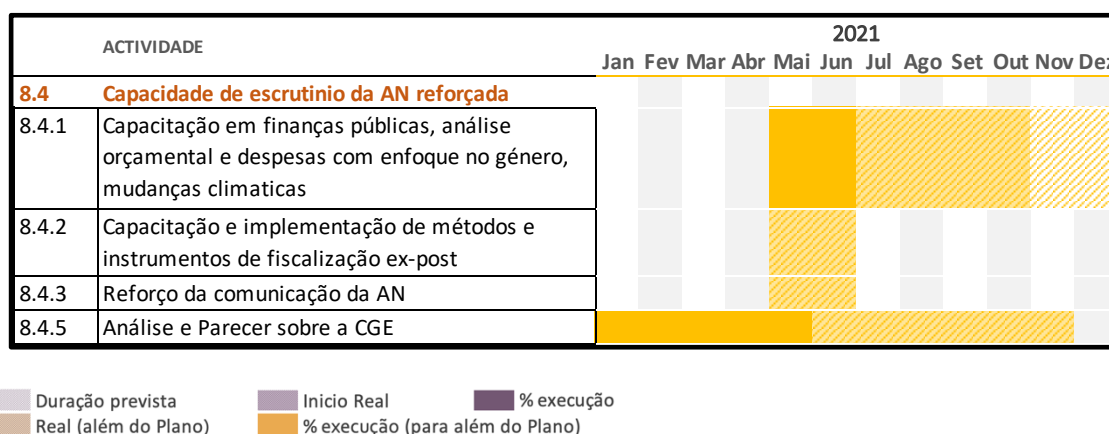
A Assembleia Nacional de STP recorrerá às TIC para desenvolver iniciativas de abertura parlamentar. Assim, prevê-se o estabelecimento de um interface entre o sistema de informação da actividade parlamentar e o novo website institucional, facilitando o acesso do público e permitindo maior inter-acção com os cidadãos (eleitores).

Paralelamente, durante o ano de 2021, desenvolver-se-á um programa audiovisual sobre o funcionamento do Parlamento São-Tomense, reforçando o poder da comunicação em temas como a função de fiscalização e a utilidade dos distintos instrumentos de democracia participativa.

8.4.5 Análise e Parecer sobre a CGE

A Comissão Eventual, integrada por Deputados das diferentes bancadas parlamentares, criada para emitir um parecer sobre qual o processo adequado para a análise, discussão e aprovação das CGE's pendentes (2010-2017), finalizou os trabalhos e já remeteu o respectivo parecer à Mesa da Assembleia para discussão posterior em plenária

Cronograma



PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

III. PARFIP II – Execução do Orçamento – T2 de 2021

Orçamento executado 2021 do PARFIPP II

A informação sobre a execução orçamental do T2-2021 é muito limitada. A semelhança do 1º Trimestre, não foi possível completar a execução do orçamento do PARFIP II, por falta de informação disponível no SAFE-e ou entregue ao GARFIP pelos Pontos Focais.

O sistema de relato financeiro para as reformas continua a não estar implementado para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação sobre os financiamentos 2021, pelos parceiros, não permite de preencher a parte das fontes do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2021				ANO 2021				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
1	Estado de STP	194.791	194.791	194.791	100%	389.581	389.581	?	0%	28.846.728	28.846.728	212.496	1%
2	União Europeia				0%			?	0%	?		?	0%
3	Banco Mundial (AFAP)	914.440	18.563.124		0%	1.828.879	37.126.248		0%	3.320.731	67.410.847	16.386.343	24%
4	BAD				0%			?	0%	?		?	0%
5	Pro-Palop				0%		-	-	0%	?	?	3.489.732	0%
6	PNUD				0%			?	0%	?		?	0%
	Total Recursos	1.109.230	18.757.914	194.791	-99%		37.515.829	-	-100%		96.257.575	20.088.571	20,9%
						Equ. Euros	1.531.258	-		Equ. Euros	3.928.881	819.942	

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2021				ANO 2021				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
PO B.	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	251.300	6.156.850	6.250.600	102%	511.000	12.519.500	6.250.600	-50%	509.980	12.724.810	6.463.096	51%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	213.500	5.230.750	5.230.750	100%	427.000	10.461.500	5.230.750	50%	111.000	2.719.500	5.443.246	200%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-	-	0%	8.400	205.800	-	0%	9.400	230.300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	12.500	306.250	400.000	131%	25.000	612.500	400.000	65%	98.380	2.410.310	400.000	17%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	19.600	480.200	480.200	100%	39.200	960.400	480.200	50%	289.200	7.085.400	480.200	7%
B.5.	Priorização dos programas e das atividades do PARFIP II	5.700	139.650	139.650	100%	11.400	279.300	139.650	50%	2.000	279.300	139.650	50%
PO 1.	Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em políticas (incluindo os Governos Sub-nacionais)	44.750	1.096.375	N/D	0%	89.500	2.192.750	-	0%	349.378	8.559.761	-	0%
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	16.750	410.375	-	-100%	33.500	820.750	-	0%	106.378	2.606.261	-	-
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	15.500	379.750	-	-100%	31.000	759.500	-	0%	110.000	2.695.000	-	-
1.3.	QDMP global	12.500	306.250	-	-100%	25.000	612.500	-	0%	133.000	3.258.500	-	-
PO. 2	Melhoria da qualidade do processo de arrecadação e gestão da receita	394.700	9.670.150	N/D	0%	789.400	19.340.300	-	-100%	3.122.202	76.493.940	11.717.343	15%
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	88.700	2.173.150	-	-100%	177.400	4.346.300	-	-100%	315.800	7.737.100	11.717.343	-
2.2.	IVA	140.000	3.430.000	-	-100%	280.000	6.860.000	-	-100%	1.671.402	40.949.340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	100.000	2.450.000	-	-100%	200.000	4.900.000	-	-100%	420.000	10.290.000	-	-
2.4.	Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)	-	-	-	0%	-	-	-	0%	150.000	3.675.000	-	-
2.5.	Gestão de risco operacional	30.000	735.000	-	-100%	60.000	1.470.000	-	-100%	270.000	6.615.000	-	-
2.6.	Auditoria eficaz	36.000	882.000	-	-100%	72.000	1.764.000	-	-100%	132.000	3.234.000	-	-
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-	-	0%	-	-	-	0%	163.000	3.993.500	-	-
PO 3.	Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria	191.240	4.685.380	N/D	0%	382.480	9.370.760	-	-100%	785.093	19.234.775	-	0%
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	115.800	2.837.100	-	-100%	231.600	5.674.200	-	-100%	590.283	14.461.930	-	0%
3.2	Tesouraria	75.440	1.848.280	-	-100%	150.880	3.696.560	-	-100%	194.810	4.772.845	-	0%
PO 4.	Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	99.500	2.437.750	N/D	0%	199.000	4.875.500	-	-100%	1.925.121	47.165.468	4.672.857	10%
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	99.500	2.437.750	-	-100%	199.000	4.875.500	-	-100%	1.581.821	38.754.618	4.672.857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	-	-	-	0%	-	-	-	0%	39.050	956.725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	-	-	-	0%	-	-	-	0%	235.250	5.763.625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-	-	0%	-	-	-	0%	69.000	1.690.500	-	0%

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2021				ANO 2021				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
PO B.	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	251.300	6.156.850	6.250.600	102%	511.000	12.519.500	6.250.600	-50%	509.980	12.724.810	6.463.096	51%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	213.500	5.230.750	5.230.750	100%	427.000	10.461.500	5.230.750	50%	111.000	2.719.500	5.443.246	200%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-	-	0%	8.400	205.800	-	0%	9.400	230.300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	12.500	306.250	400.000	131%	25.000	612.500	400.000	65%	98.380	2.410.310	400.000	17%
PO 5.	Optimização da gestão do Investimento Público	16.000	392.000	N/D	0%	32.000	784.000	-	-100%	563.200	13.798.400	-	0%
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planejamento reforçado	5.000	122.500	-	-100%	10.000	245.000	-	-100%	121.000	2.964.500	-	0%
5.3.	Sistema de M&A funcional	7.000	171.500	-	-100%	14.000	343.000	-	-100%	362.200	8.873.900	-	0%
5.4.	Alocação de recursos otimizada	-	-	-	0%	-	-	-	0%	70.000	1.715.000	-	0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	4.000	98.000	-	-100%	8.000	196.000	-	-100%	10.000	245.000	-	0%
PO 6.	Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controles internos e da auditoria internos)	178.920	4.383.540	N/D	0%	357.840	8.767.080	-	-100%	1.452.103	35.576.534	-	0%
6.1.	Melhoria do mecanismo de controles internos	1.250	30.625	-	-100%	2.500	61.250	-	-100%	40.000	980.000	-	0%
6.3.	Gestão do pessoal melhorada	2.250	55.125	-	-100%	4.500	110.250	-	-100%	-	-	-	-
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	-	-	-	0%	-	-	-	0%	189.500	4.642.750	-	0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	22.295	546.228	-	-100%	44.590	1.092.455	-	-100%	127.090	3.113.705	-	0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	74.125	1.816.063	-	-100%	148.250	3.632.125	-	-100%	510.513	12.507.579	-	0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	79.000	1.935.500	-	-100%	158.000	3.871.000	-	-100%	585.000	14.332.500	-	0%
PO 7.	Contabilidade e do Relato Financeiro (Incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)	55.775	1.366.488	N/D	0%	111.550	2.732.975	-	-100%	149.810	3.670.345	-	0%
7.1	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	17.775	435.488	-	-100%	35.550	870.975	-	-100%	35.550	870.975	-	-
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	14.250	349.125	-	-100%	28.500	698.250	-	-100%	51.760	1.268.120	-	-
7.3	Produção atempada de relatórios	23.750	581.875	-	-100%	47.500	1.163.750	-	-100%	62.500	1.531.250	-	-
PO 8.	Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	98.825	2.421.200	N/D	0%	197.649	4.842.401	-	-100%	937.870	22.977.815	-	0%
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	23.500	575.750	-	-100%	47.000	1.151.500	-	-100%	334.918	8.205.491	-	-
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	27.921	684.065	-	-100%	55.842	1.368.129	-	-100%	235.956	5.780.922	-	-
8.4	Capacidade de escrutínio da AN reforçada	24.500	600.250	-	-100%	49.000	1.200.500	-	-100%	144.246	3.534.027	-	-
8.5	Escrutínio das OSC's funcional	22.904	561.136	-	-100%	45.807	1.122.272	-	-100%	222.750	5.457.375	-	-
	Total Aplicado no PARFIP II	1.331.010	32.609.733	-	-100%	2.670.419	65.425.266	6.250.600	-90%	(aprox.)	240.201.848	22.853.296	10%
	Despesas nao Classificadas									9.804.157	Euros		
	Formação e promoção de reformas institucionais e legais/Pro-PALOP					171.908	3.489.732	3.489.732	0%			3.489.732	

O valor total das reformas em Dobras é aproximativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

IV. Próximos passos

No **T3-2021**, será (i) publicado o Relatório de Actividades de 2021 do T2, (ii) feita a identificação completa das fontes de financiamento das reformas da GFP, com apoio dos parceiros, (iii) dada continuidade à implementação das reformas, nos limites dos recursos disponíveis e das actividades não necessitando financiamento, e (iv) iniciado o processo de preparação do Plano de Actividades e Orçamento de Reforma para o ano de 2022.

//

Anexo**Listas de Pessoas Encontradas**

Nome	Direcção	Função
Ana Maria Silveira	GARFIP	Directora
Jukisia Salvador	GARFIP	Técnica do GARFIP
Jairson Barreto	GARFIP	Técnico do GARFIP
Abnilde Correia	GARFIP	Técnico do GARFIP
Anisa Rodrigues	DT/GD	Técnica - responsável dívida externa e Ponto Focal
Hilário Paiva	DPE	Chefe do departamento do Apoio geral
Neusa Raquel Lima	DPE	Chefe de departamento de Gestão Patrimonial
Wagner Fernandes	DO	Director
Carlos Costa	DO	Chefe do departamento do Orçamento
Cadyna Afonso Da Costa Cardoso	DO	Técnica do Orçamento e Ponto Focal
Edson Martins	DITEI	Director
Euritizece Varela Tavares	DITEI	Técnica DITEI
Joana Varela	DP	Directora
Geisel Menezes	DP	Chefe do departamento de Planeamento e Prospetiva e Ponto Focal
Abdul Barros	DP	Chefe do departamento Políticas Macroeconómicas
Sara Santos	IGF	Inspectora-geral
Genika Dias	IGF	Inspectora-geral Adjunta e Ponto Focal
Adelino Vera-Cruz	IGF	Inspector e Ponto Focal
Ediley Mendes	AN	Técnico e Ponto Focal
Cislau Costa	DC	Director
Odair Menezes	DC	Chefe do departamento de normas e processos contabilísticos e Ponto Focal
Kelmany Bedger Rocha de Ceita	COSSIL	Técnico COSSIL e Ponto Focal
Carlos Benguela	DGA	Director-geral
Odair Sousa	DGA	Responsável do serviço de auditoria pós desalfandegamento e Ponto Focal
Andre Broite	BM	Especialista Sénior da Dívida
Edmilza Afonso	DI	Técnica da secção da coordenação técnica
Alimary Frota	DAP	Directora e Ponto Focal
Velásio Amado	IGAP	Inspector-chefe
Angela Leite	DT	Director e Ponto Focal
Zózimo do Nascimento	DT	Técnico da secção das empresas participadas
Abdelaziz Tavares	DT	Técnico da secção das empresas participadas
Lúcia Batista Lima Neto	TC	Secretária

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2021

Nome	Direcção	Função
Aguinaldo Salvaterra		Empresa responsável pelo desenvolvimento do SIGESA
Chris Barroso		Empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema da IGF
Evandro Monteiro		Empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema da IGF
Carlos Bonfim	AFAP	Conselheiro Técnico do PRCI
Miguel Pecho	FMI	FAD
André Brandão	FMI	Consultor do FAD

Reuniões realizadas

Mês: 07/2021	
Dia	Encontros
5	Reunião de trabalho com o GARFIP
6	Reunião de trabalho com Gabinete da Dívida e a DPE
7	Reunião de trabalho com a DO
8	Reunião de trabalho com a DITEI, a DP, a IGF e a AN
9	Reunião de trabalho com a DCP
13	Reunião de trabalho com o COSSIL, a DGA e o BM (gestão da dívida)
14	Reunião de trabalho com a DI, a DAP/IGAP e a DT
16	Reunião de trabalho com a DT
20	Reunião de trabalho com o TC, Empresa que desenvolve o SIGESA, a DP e a Empresa que desenvolve o sistema da IGF
21	Reunião de trabalho com a AFAP e a equipa do FMI dos Impostos
28	Reunião de trabalho com DO sobre a Nota de possibilidade de melhoria dos indicadores PEFA da DO